



santa maria da feira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, aprovada na sessão ordinária de 3 de dezembro de 2020, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 9 de dezembro de 2020.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



ATA N.º 19 – No dia 26 de setembro de 2020, reuniu às 14 horas e 35 minutos, por videoconferência, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o Sr. Mário Jorge de Castro Reis, 2.º Secretário da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 18 – Sessão Ordinária de 26 de junho de 2020;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Transferência de competências para os municípios – Educação e Saúde;
- 4 – Alteração de postura de trânsito – Espargo;
- 5 – Alteração de postura de trânsito – Mozelos;
- 6 – Alteração de postura de trânsito – Santa Maria da Feira;
- 7 – Alteração de postura de trânsito – Santa Maria de Lamas;
- 8 – Alteração Orçamental Modificativa
  - 3.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa
  - 3.ª alteração orçamental modificativa ao Plano de Atividades Municipal – PAM-
  - 3.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI;
- 9 – Derrama a cobrar no ano de 2021 (Exercício 2020);
- 10 – Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI – ano de imposto 2020;
- 11 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2021);
- 12 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2021;
- 13 – Atribuição de apoio à Freguesia de Fiães
  - Obras de requalificação, adaptação de edifício para instalação da sede da Junta de Freguesia;
- 14 – Atribuição de apoio à Freguesia de Fornos
  - Obras no edifício da sede da Junta de Freguesia;
- 15 – Atribuição de apoio à União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo
  - Construção da capela mortuária de Sanfins;



Handwritten signature and initials in the top right corner.

16 – Constituição de direito de superfície a favor da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros; -----

17 – Política cultural e apoio aos agentes culturais do Concelho (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento); -----

18 – Medidas municipais para responder à Covid-19 a nível sanitário e social (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento).-----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Bruno Miguel de Sousa Mota. -----

Não participou na videoconferência a Sra. Vereadora Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira.-----

-----  
O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os participantes na videoconferência.-----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Maria José Ferreira dos Santos, de participar na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa.-----

Convidou, para esse efeito, a deputada municipal Eva Lúcia Fernandes da Costa, do grupo municipal do PSD, a qual aceitou o convite.-----

-----  
De seguida, informou da entrada na Mesa de 3 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Paços de Brandão: Firmino Gomes da Costa (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Rita Micaela Ribeiro Marques;-----

• Romariz: Anacleto de Souza Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: -----



*Handwritten signature and initials*

Alberto de Oliveira Tavares. -----  
Informou, ainda, que os membros Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Serafim Manuel Rocha Guimarães (PSD), Maria José Ferreira dos Santos (PSD) e Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE), solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Ana Lamas: substituída pelo João Luís Almeida Cunha – o qual entrou no decorrer da sessão,-----
- Jorge Ferreira: substituído pela Cláudia Oliveira Antunes Correia (*uma vez que a cidadã seguinte da respetiva lista – Maria João Resende Lamas – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão*),-----
- Serafim Guimarães: substituído pelo José Moreira de Jesus Castro, -----
- Maria José Santos: substituída pelo Joana Inês Carvalho Coelho Ribas, -----
- Moisés Ferreira: substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira. -----

-----  
Sendo assim, encontravam-se a participar na videoconferência, no início da sessão, 52 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):* -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Juliana Canedo Rocha; Jorge Paulo das Neves Pereira; Cláudia Oliveira Antunes Correia; José Moreira de Jesus Castro; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Delfim Manuel Oliveira da Silva; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Rita Micaela Ribeiro Marques; Rio Meão – Mário Jorge de Jesus Castro; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Independente (IND):* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

-----  
*Entraram no decorrer da sessão:* João Luís Almeida Cunha (PSD) e António André da Silva Topa (PSD).-----

-----  
Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que essa relação foi enviada, por correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 26 de junho de 2020 e a presente sessão: -----

- “E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministro do Ambiente e da Ação Climática à pergunta que lhe foi dirigida pelos deputados daquele grupo



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

- parlamentar, sobre “Poluição das ribeiras de Fiães, Santa Maria da Feira”;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia da proposta aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 26 de junho de 2020, no âmbito do ponto n.º 28 da Ordem do Dia – “Contrato de Concessão do Estacionamento Público de Superfície em Santa Maria da Feira”, da iniciativa do PS, bem como da ata em minuta relativa a esse ponto, anexando, também, os documentos aprovados no Período de Antes da Ordem do Dia da referida sessão, que a seguir se identificam:-----
    - . Voto de Congratulação à Câmara Municipal pela atribuição da Bandeira Azul à Praia Fluvial da Mãoa (da iniciativa do PSD),-----
    - . Voto de Louvor aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde (da iniciativa do BE),----
    - . Voto de Pesar Pelas Vítimas de Covid-19 no nosso Município (da iniciativa do CDS-PP),
    - . Voto de Louvor aos cidadãos Feirenses que se mobilizaram na luta contra a pandemia Covid-19 (da iniciativa do CDS-PP),-----
    - . Voto de Louvor ao Clube Desportivo de Paços de Brandão (da iniciativa da CDU), -----
    - . Voto de Louvor à Tuna Musical Mozelense (da iniciativa da CDU);-----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente do Clube Desportivo de Paços de Brandão, remetendo, para os devidos efeitos, o teor do voto de louvor atribuído por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de junho de 2020, àquele Grupo Desportivo; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Tuna Musical Mozelense, remetendo, para os devidos efeitos, o teor do voto de louvor atribuído por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de junho de 2020, àquela Tuna Musical – o qual foi respondido pela respetiva Tuna, a agradecer a iniciativa;-----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, questionando sobre o ponto de situação relativamente à adesão desta Assembleia Municipal àquela Associação;-----
  - E-mail da Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, informando o link para acesso ao plano de transportes escolares para 2020/21, para análise e apreciação, bem como relembrando o



link de acesso à reunião que aquele Conselho realizou, por videoconferência, no dia 8 de julho de 2020; -----

- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Praia Fluvial da Mâmoa” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e mail; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15, 22 e 29 de junho de 2020; --
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Descarga poluente no rio Uíma – Caldas de São Jorge” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Estacionamento pago em Santa Maria da Feira – pagamentos à Câmara Municipal” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Esgoto despejado em linha de água em Canedo” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Ciclovias em Santa Maria da Feira” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Descarga poluente no rio Cáster – Santa Maria da Feira” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----



*Handwritten signature and initials*

- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e Ação Climática pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre “a poluição do rio Uíma, junto às Caldas de São Jorge (Santa Maria da Feira)”; -----
- E-mail da empresa Aprovarelatorio – Consultoria e Formação, ao Presidente da Assembleia Municipal, propondo a realização de uma palestra/formação, bem como informando os respetivos honorários, dirigida aos deputados municipais no âmbito do assunto “O Regulamento Geral de Proteção de Dados nas Autarquias, e o papel dos Deputados Municipais por inerência, e do Presidente da respetiva Assembleia Municipal”;
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Agricultura pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre “a monitorização do canil municipal de Santa Maria da Feira e do abrigo temporário da Inha (Canedo)”; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 13 de julho de 2020; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de julho de 2020; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Estacionamento pago em Santa Maria da Feira – pagamentos à Câmara Municipal” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e mail; -----
- E-mail da Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho realizou no dia 11 de setembro de 2020, por videoconferência, informando o link de acesso para a reunião bem como remetendo a ata da reunião anterior para apreciação e análise; -----
- E-mail do Serviço Municipal de Proteção Civil, da Câmara Municipal, ao Presidente da





*Acabado.*  
*J.*

Assembleia Municipal, enviando o despacho N.º 18/2020 do Presidente da Câmara, relativo à Desativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Santa Maria da Feira;-----

- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de agosto de 2020;-----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada, por videoconferência, no dia 10 de setembro de 2020;-----
- E-mail do Subdiretor-geral da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, ao Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer o Despacho n.º 8703/2020, de 10 de setembro, do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, que procede à convocatória para a eleição indireta do presidente e de um vice-presidente das comissões de coordenação e desenvolvimento regional no dia 13 de outubro; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, e indicando a respetiva Ordem do Dia;
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Descargas de águas residuais sem o devido tratamento na Ribeira da Lage, em Santa Maria da Feira” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- E-mail do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais – ISCTE, ao Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para assistir à sessão de abertura da 13.ª Edição do FORGEP, dedicada ao tema “Cultura organizacional na administração pública: ferramentas para sua análise”, que se realizou no dia 22 de setembro de 2020, por plataforma digital;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da



AA  
[Handwritten signature]  
[Handwritten mark]

- Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e Ação Climática pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre “as descargas de esgotos no Rio Cáster, em Santa Maria da Feira”; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo solicitação do grupo municipal do Bloco de Esquerda para inclusão de dois pontos na Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, intitulados “Política cultural e apoio aos agentes culturais do concelho” e “Medidas municipais para responder à Covid-19 a nível sanitário e social”; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada, por videoconferência, no dia 22 de setembro de 2020;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020;-----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para efeitos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020; -----
  - E-mail por instrução do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo se faria representar, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha;-
  - E-mail do Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo carta assinada pela Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e pelo Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, referente ao assunto “Eleição Indireta dos Presidentes e Vice-presidente das CCDR”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Sérgio Cirino, ao Presidente da Assembleia Municipal,
-



Handwritten initials and signature in the top right corner.

- solicitando “a remessa/disponibilização da informação técnica anexa aos pontos n.ºs 9, 10, 11 e 12 da Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, tendo em vista a análise de todos os dados disponíveis com vista à tomada das respetivas decisões – e-mail que foi reencaminhado, pelo Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para análise deste e para que juntasse os anexos solicitados ou desse as explicações que entendesse por convenientes;---
- E-mail do membro deste Órgão – Ana Lamas, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, por ter compromisso pessoal inadiável, solicitando a sua substituição na sessão; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Jorge Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, por motivos de ordem pessoal, solicitando a sua substituição na sessão; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que se faria representar, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como remetendo o respetivo documento de delegação de representação;-----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Serafim Guimarães, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, por motivos de ordem profissional, solicitando a sua substituição na sessão; -----
  - Convite da Equipa Jovem Autarca, ao Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao “Cinema Drive-IN”, a realizar no dia 3 de outubro de 2020;-----
  - E-mail do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, prestando os devidos esclarecimentos no seguimento da solicitação feita pelo membro Sérgio Cirino, em que este pediu que lhe fosse remetida/disponibilizada a informação técnica anexa aos pontos n.ºs 9, 10, 11 e 12 da Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2020, tendo em vista a análise de todos os
-



114  
Santos  
D

- dados disponíveis com vista à tomada das respetivas decisões – e-mail que foi reencaminhado, pelo Presidente da Assembleia Municipal, ao membro Sérgio Cirino, para conhecimento;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de agosto de 2020;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder participar nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, por motivos profissionais, solicitando ser substituído na referida sessão, informando ainda que se faria substituir pelo Pedro Luís Alves Ferreira; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Maria José Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder participar nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2020, por motivos de saúde, solicitando ser substituída na referida sessão.” -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 9 documentos para serem apreciados – 1 recomendação do PS; 1 moção, 1 recomendação e 1 voto de saudação do BE; 1 proposta do CDS-PP; e 1 moção e 3 recomendações da CDU – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia.-----  
Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO – LIGAÇÃO ENTRE PAÇOS DE BRANDÃO - SÃO PAIO DE OLEIROS-----

A Rua da Zabumba (em Paços de Brandão, na urbanização com o mesmo nome) que deveria fazer a ligação à Rua Comendador Sá Couto já na Freguesia de São Paio de Oleiros, próximo



*[Handwritten signature]*

da estação da Linha do Vouga encontra-se inacabada há décadas. -----  
Sendo que apenas uma parte da referida rua, já do lado de São Paio de Oleiros, está empedrada com paralelos. O atual estado da via impede a passagem de automóveis em segurança e nas condições expectáveis para uma rua de acesso a um lugar de moradias e serviços. -----

O alargamento e arranjo desta ligação permitirá um acesso mais facilitado dos moradores de Paços de Brandão à freguesia vizinha, mas também à Linha do Vouga e a vias de comunicação principais como a A29 ou a Estrada Nacional 1. Esta obra facilitará ainda o acesso ao Estádio Dona Zulmira Sá e Silva (Paços de Brandão) localizado nas imediações da Urbanização da Zabumba. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2020 recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que:-----

1 – Proceda às diligências necessárias para que se iniciem as obras na Rua da Zabumba em Paços de Brandão que levem à sua conclusão com as condições necessárias para a circulação de viaturas automóveis e peões.” -----

“RECOMENDAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR EM PERÍODO DE PANDEMIA -----

A realidade impôs um início de ano letivo com muitas alterações, tanto nas dinâmicas como na organização escolar. Não se podendo ignorar neste esforço a qualidade e empenho de todos os profissionais que permitiu que a Escola funcione e cumpra os seus propósitos. -----

Todavia, no respeitante ao Transporte Escolar registou-se a crónica sobrelotação do serviço e o não cumprimento das normas de segurança e higiene exigidas com a realidade pandémica que se vive atualmente. A acrescentar a este facto, a ausência de uma rede de transportes públicos no município faz com que outros cidadãos tenham de recorrer a este serviço para a sua deslocação, o que torna a situação ainda mais precária. -----

Registou-se ainda a necessidade de adaptar horários para que os autocarros não cheguem à escola à mesma hora. Isto para evitar concentrações de alunos no exterior e na entrada nos recintos escolares. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2020 recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que:-----

1. Os serviços de transporte escolar do município sejam alargados com vista ao cumprimento



das normas de segurança exigidas em período pandémico, assim como a adaptação de horários.” -----  
-----

“RECOMENDAÇÃO – TRANSPORTES NO MUNICÍPIO -----

Considerando que a plena participação das pessoas com mobilidade condicionada na sociedade depende, em grande medida, da possibilidade de se moverem o mais autonomamente possível. No Município de Santa Maria da Feira esta mobilidade está comprometida devido à existência de inúmeras barreiras arquitetónicas e à inexistência de uma rede pública de transportes que, dificultando a mobilidade de todos os cidadãos, afeta especialmente os cidadãos com mobilidade reduzida, principalmente os idosos e as pessoas com deficiência. -----

A inclusão social está diretamente ligada com o pleno acesso a equipamentos, bens e serviços da comunidade que, no plano local, devem ser garantidos pelos Municípios permitindo o acesso universal de todos, sem discriminações. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2020 recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que:-----

1. A rede de transportes que venha a ser estabelecida inclua uma frota de autocarros com acesso fácil a idosos, acompanhantes de bebés em carrinhos, acidentados e outros casos de mobilidade reduzida, bem como piso rebaixado e adaptado ao transporte de pessoas em cadeiras de rodas; -----
2. As paragens de autocarros sejam adaptadas às viaturas referidas no número anterior e ainda dotadas de horários dos serviços de transporte;-----
3. O futuro centro coordenador de transportes e as centrais de camionagem associadas à rede de transportes municipais a definir tenham condições físicas adaptadas às pessoas com mobilidade reduzida; -----
4. Que a frota do serviço Transfeira seja progressivamente adaptada às pessoas com mobilidade condicionada.” -----

“MOÇÃO – REPOR AS FREGUESIAS EXTINTAS - UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO -----

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução



da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----  
Contrariamente ao propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. -----

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. -----

De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. A par deste facto, os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

Por outro lado, desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias. Desde então, o PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. -----

A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. Considerando as eleições de 2021 é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2020 delibera: -----

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias



HA  
Santos  
A

para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021. -----

Enviar para: -----

- 1.º Ministro, Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social.” -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou a proposta que, seguidamente, se transcreve: -----

“CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO À EVOLUÇÃO DA PANDEMIA COVID-19 NO NOSSO CONCELHO -----

Considerando que: -----

Ao fim de 7 meses de contingência imposta pela DGS, para salvaguardar a saúde pública e a manutenção dos postos de trabalho sucede a retoma de todas as atividades económicas sociais e educativas. -----

Passaremos a conviver diariamente lado a lado com esta pandemia que ainda nos fustiga. -----

De enaltecer todos os esforços das empresas para poder laborar criando planos de segurança, para proteger os seus colaboradores e o bom funcionamento das mesmas, não prejudicando o mercado comercial e continuando a ser competitivas usando alternativas, reinventando-se todos os dias. -----

Socialmente a população tenta voltar ao seu ritmo normal respeitando as normas aprovadas no último decreto de lei, 11-09-2020. -----

Lamentavelmente a nossa sociedade carece de responsabilidade cívica, não respeitando o simples uso de um desinfetante líquido, nem o uso de uma máscara em espaços fechados, mas como sempre o cidadão é responsável pelos seus atos, revelando o pior do ser humano. -----

A indiferença e o egoísmo perante aqueles que lutam contra esta pandemia como aqueles que seguem as orientações dadas pela DGS. -----

De priorizar os esforços para proteger salvaguardando a saúde e o bem-estar da nossa comunidade sénior, que está mais exposta a esta pandemia, que tanto nos preocupa. -----

Por fim, o meio educativo sendo este o mais preocupante para a nossa sociedade. -----

Felizmente o ciclo educacional desde a sua base até ao apogeu do ensino superior, voltou a





114  
Salomé Ventura  
S

caminhar. -----

É gratificante presenciar o esforço de todos os centros educativos, enquadrando métodos para o bom funcionamento protegendo os alunos, professores e funcionários. -----

Mas até quando isto será possível ser executado! -----

Poderá vir a surgir falhas, como a falta de material de proteção individual, falta de funcionários, devido à transmissão do vírus, controle de pessoas assintomáticos e o mais complexo é deslocação de alunos em transportes públicos. -----

Assim, o CDS-PP considera oportuno a constituição de uma Comissão de Acompanhamento que cumpra o papel fiscalizador do órgão deliberativo e que possa acompanhar, avaliar e propor medidas ao Município nesta área. -----

Neste sentido e conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 26.º conjugado com o n.º 1 do art. 53.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e em conformidade com os n.ºs 2 do art. 17.º e o n.º 1 do art. 47.º do Regimento, o CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a 26 de setembro de 2020, que delibere:-----

1. A constituição de uma Comissão de Acompanhamento, para o controle da evolução da Pandemia COVID-19 no nosso concelho;-----

2. Que cumpra o papel fiscalizador do órgão deliberativo e que possa acompanhar, avaliar e propor medidas ao Município nesta área; -----

3. A Comissão terá início na data de aprovação da presente proposta e término no final do mandato;-----

4. A Comissão deverá ser composta por um eleito de cada força política representada no órgão cabendo ao PSD a indicação do Presidente da Comissão, uma vez que é a instituição partidária que governa o executivo municipal e detém a maioria na assembleia municipal.” ----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO – REFORÇO DA OFERTA DO TRANSPORTE ESCOLAR -----

A Escola Pública foi uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da covid-19, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos.-----

O regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou



*[Handwritten signature]*

maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que há riscos no regresso, que há dúvidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação.-----

Contudo, várias são as situações que devem ser salvaguardadas, nomeadamente ao nível do transporte escolar. Com o regresso às aulas, os alunos dependem novamente de uma resposta ao nível do transporte público que, em Santa Maria da Feira, tem sido, no mínimo, insultuosa. As instituições de ensino no concelho recebem diariamente os milhares de alunos que as frequentam, sendo que, uma grande parte desses alunos utiliza o autocarro como meio de transporte. Os alunos das freguesias limítrofes são os mais afetados, uma vez que estão à mercê de um executivo camarário inoperante e de uma oferta privada desleixada.-----

Associada à falta de oferta existe ainda a questão do passe social. A Autoviação Feirense, que serve os concelhos de Santa Maria da Feira, Arouca, Castelo de Paiva, Ovar, S. João da Madeira, Porto, Gaia, Espinho e Gondomar continua a não aderir ao Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), por falta de vontade em instalar os validadores.-----

O passe único é válido em todos os meios de transporte públicos na Área Metropolitana do Porto, desde que já integrados no Sistema Intermodal Andante, como STCP ou a CP nos percursos já integrados no Andante.-----

Numa altura em que já se fazem sentir nos orçamentos familiares os efeitos da crise pandémica, continuamos a assistir a uma passividade inaceitável por parte da Câmara Municipal para com a empresa.-----

É, por isso, necessário garantir uma atuação forte no sentido de reforçar a oferta de transportes públicos no concelho de Santa Maria da Feira, garantindo assim um regresso às aulas em segurança, sem termos de assistir às preocupantes imagens de autocarros sobrelotados com os estudantes do concelho.-----

O Bloco de Esquerda defende o reforço da oferta do transporte escolar e aplicação do passe social para que, de uma vez por todas, os interesses dos nossos jovens sejam salvaguardados. Quer a nível económico, quer a nível de saúde pública. É inaceitável que a passividade e a convívência da autarquia coloquem em risco a saúde dos nossos jovens.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, delibera:-----

1. Encetar os esforços necessários para o reforço das carreiras do transporte escolar,



eliminando assim a possibilidade de sobrelotação dos veículos;-----  
2. Exigir, com penalizações em caso de incumprimento, que a Autoviação Feirense proceda à instalação dos equipamentos validadores necessários, de forma a ser possível aderir ao Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos.” -----

-----  
“MOÇÃO – CONTRA O PROCESSO DE ELEIÇÃO INDIRETA DOS PRESIDENTES DAS CCDR E PELA INSTITUIÇÃO EFETIVA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS-----

Na sequência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de julho e da Lei n.º 37/2020, de 17 de agosto, vai ocorrer em 13 de outubro próximo a eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Como é sabido, aqueles normativos consagram um colégio eleitoral composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais e pelos presidentes e membros das assembleias municipais da respetiva área territorial.-----

As CCDR são serviços periféricos da administração direta do Estado, sob a direção do Ministério da Coesão Territorial em coordenação com outros ministérios. Têm importantes atribuições: para além de apoio técnico às autarquias locais, é missão das CCDR executar políticas de ambiente, ordenamento territorial e cidades e de desenvolvimento regional (abrangendo os programas operacionais regionais e outros fundos comunitários), assim como promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional.-----

A eleição dos presidentes das CCDR em outubro próximo será feita por eleitos autárquicos. ---  
Porém, para além de nenhum autarca ter sido eleito com tal competência, tal eleição dum presidente da CCDR para os próximos 5 anos quando estamos a um ano de novas eleições autárquicas, enfraquece a legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si cargos de presidente nas várias CCDR, num processo que de democrático tem muito pouco. Fica, isso sim, evidente a intenção de manter o bloqueio à Regionalização consagrada na Constituição desde 1976.-----

A eleição em 13 de outubro próximo é também desconforme à descentralização democrática prevista na Constituição através da atribuição de competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão



ordinária de 26 de setembro de 2020, delibera:-----

1. Manifestar discordância pelo processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, como previsto no DL n.º 27/2020 e na Lei n.º 37/2020 de 17 de agosto, -----
2. Insistir junto dos órgãos da República para que se avance, o mais rapidamente possível, no processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas prevista na Constituição desde 1976.”-----

-----  
“VOTO DE SAUDAÇÃO – AOS 41 ANOS DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE -----

O Serviço Nacional de Saúde foi uma das mais importantes conquistas de Abril. A criação do SNS foi formalmente confirmada com a publicação em Diário da República da Lei 56/1979, a 15 de setembro de 1979, há 41 anos. A lei era o resultado de um processo legislativo de 10 meses, iniciado em novembro de 1978.-----

O projeto viria a ser aprovado pela Assembleia da República a 6 de julho de 1979, por uma maioria de esquerda formada pelos deputados do PS, PCP, UDP e um deputado independente (José Justiniano Pinto), tendo recebido os votos contra do PPD e CDS, bem como os restantes deputados independentes.-----

Este ano vivemos um momento excepcional, fruto da pandemia Covid-19. É neste contexto que percebemos a importância extrema do Serviço Nacional de Saúde e como os resultados do desinvestimento crónico em serviços públicos essenciais são maus para a população e para todos e todas as profissionais de saúde, que, diariamente, têm estado na linha da frente do combate à pandemia. -----

Num momento em que tantos populismos pelo mundo fora, e também em Portugal, continuam a clamar por acabar com o Serviço Nacional de Saúde e outros serviços públicos essenciais, é importante reforçar a luta por mais SNS, com mais meios e maior capacidade de resposta. Se o trabalho feito até agora tem sido exemplar por parte dos profissionais no combate à pandemia, é preciso não baixar os braços e continuar a reforçar o orçamento do SNS e valorizar quem lá trabalha. -----

Após 41 anos da criação, mesmo contra alguns e algumas, a importância do SNS não pode ser negada e é nosso papel defender um serviço público tão fundamental.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 26 de setembro de 2020, delibera: -----

---



*Carvalho*  
*[Signature]*

1. Saudar o 41.º aniversário da criação do Serviço Nacional de Saúde, lembrando a necessidade urgente de reforço de investimento no SNS. -----
2. Saudar todos os profissionais de saúde que têm estado na linha da frente do combate à pandemia, bem como as suas lutas por melhores condições e carreiras.” -----

Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“CRIAÇÃO NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA DE UMA: -----

AGÊNCIA DE INVESTIMENTO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

Nestes novos tempos em que tivemos uma 1.ª fase de combate à pandemia Covid-19, o município de Santa Maria da Feira deve preparar uma vasta operação de captação de investimento que será um instrumento fundamental para conter a formação de duas crises gémeas e exponenciais: “as pandemias económica e social”. -----

Assim para além do concelho se manter alerta e preparado para continuar o combate à pandemia Covid-19, devemos ainda, em conjunto com o forte apoio ao setor social, dar prioridade à frente económica pois só com uma economia forte e próspera conseguiremos uma coesão social. -----

O objetivo principal desta agência municipal será captar para Santa Maria da Santa Maria da Feira investimento nacional e estrangeiro, replicador da criação de emprego qualificado, de clusters tecnológicos de ponta e de prosperidade para todos os habitantes de Santa Maria da Feira e para o município como um todo. -----

Sendo que outros objetivos serão prosseguidos, designadamente através do acompanhamento dos processos de instalação do investimento no concelho, promovendo a melhor ligação entre todos os intervenientes e formulação de propostas para as políticas municipais de promoção das melhores práticas e condições para a promoção do investimento em Santa Maria da Feira.-

As principais competências da Agência de Investimento serão, entre outras, as seguintes: -----

- Articular com os serviços municipais e demais entidades, com vista à promoção e atração do investimento, designadamente projetos que fomentem a criação de emprego e fixação de empresas no município. -----

- Apoiar, divulgar e dinamizar o tecido económico do concelho de Santa Maria da Feira. -----

- Captar novas empresas e novos investimentos para o concelho através de programas de -----



*Handwritten signature and initials*

empreendedorismo e incubação, e desenvolver iniciativas que visem o fomento de uma cultura empreendedora no Município. -----

- Proceder à pesquisa e análise de instrumentos e apoios financeiros, destinados ao apoio a empresas e a novos investimentos. -----

- Promover e acompanhar projetos estratégicos e estruturantes para a inovação e desenvolvimento económico do município, com vista a dinamizar o desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação. -----

- Diagnosticar com infografias económicas a realidade do Concelho de Santa Maria da Feira. -

- Incentivar a cooperação empresarial e a internacionalização. -----

- Promoção da criação e melhoria dos espaços de instalação do investimento no concelho. ----

Esta Agência trabalhará em conjugação de esforços com todos os serviços municipais, designadamente o Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE) e Bizfeira. -----

A Assembleia Municipal tem hoje a hipótese de concretizar a aprovação de uma recomendação de criação de uma Agência de Investimento que contribuirá para a melhoria do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Pelo supraexposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, recomenda: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à criação da Agência de Investimento de Santa Maria da Feira.” -----

-----  
Interveio o membro **José Manuel Leão** (PSD) que disse que iria aproveitar o tempo que lhe é estipulado para manifestar a posição do grupo municipal do PSD relativamente aos documentos em apreço. -----

Sobre a recomendação do BE sobre o reforço da oferta do transporte escolar disse que o grupo municipal do PSD iria votar contra apenas porque o ponto n.º 2 da mesma exige penalizações à Autoviação Feirense, o que a Câmara não poderá fazer. Disse que a recomendação apresentada pela CDU, no âmbito do mesmo assunto, não engloba essa questão, pelo que o grupo municipal do PSD iria votar de forma diferente essa recomendação. -----

Quanto ao voto de saudação pelos 41 anos do Serviço Nacional de Saúde fez notar que o grupo municipal do PSD a iria votar favoravelmente. -----

Relativamente aos documentos trazidos pela CDU disse, a respeito da moção sobre a



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

reposição das freguesias extintas, que o grupo municipal do PSD também a iria votar a favor. - Disse, a esse respeito, que se está a pretender mostrar que foi o PSD que encetou esse processo quando foi o Governo do PS que assinou com a troika o memorando que impôs a redução de autarquias no País, realçando que o PSD apenas executou e que, em Santa Maria da Feira, o PSD tentou minimizar ao máximo os impactos negativos dessa medida. -----

Sobre a recomendação relativa à ligação entre Paços de Brandão e São Paio de Oleiros informou que também essa merece o voto favorável do grupo municipal do PSD. -----

Em relação à recomendação sobre os transportes no Município referiu que o grupo municipal do PSD se iria abster apenas porque está a decorrer um concurso cujas propostas serão abertas no próximo dia 28 de setembro, cujo caderno de encargos contempla tudo o que está na recomendação. Referiu que, portanto, se ficará a saber, na próxima segunda-feira, quem ganhará o concurso e quem terá de implementar tais medidas. -----

Quanto à recomendação da CDU a respeito dos transportes escolares em período de pandemia, deu nota que o grupo municipal do PSD a iria votar favoravelmente e que até a reforça porque entende tratar-se de uma medida extremamente necessária no combate à Covid-19. -----

Sobre a proposta do CDS-PP para a criação da comissão de acompanhamento à evolução da pandemia Covid-19 no Concelho, disse achar que nem se devia levar tal proposta muito a sério porque tal trabalho está a ser feito pelas estruturas atuais, questionando o que iria fazer um membro de cada partido com assento na Assembleia Municipal para além daquilo que é feito “just in time”. Referiu que só o tempo que levaria a convocar tal comissão para fosse o que fosse, já estaria fora de tempo, fazendo sobressair que a Câmara tem de, muitas vezes, resolver os problemas no próprio dia, na própria hora, acrescentando que, felizmente, a Câmara tem resolvido bem esses problemas. -----

Disse que a Câmara, desde o início da pandemia, tem-se substituído às estruturas do Estado, fazendo tudo quanto é possível e até extravasando aquilo que se lhe impunha, defendendo a população de todas as formas possíveis e imaginárias. Realçou que a Câmara juntou todas as estruturas ligadas às populações locais, desde as juntas de freguesia, as IPSS, as entidades de saúde locais, para tentar resolver os problemas de todas as maneiras, frisando que a Câmara continua a tratar este assunto com uma prioridade ímpar e que estará de parabéns por isso. Disse ser uma aberração tentar criar uma comissão na Assembleia Municipal quando todo o



trabalho está feito no campo, e bem feito. -----

Sobre a recomendação do PS para a criação da Agência de Investimento de Santa Maria da Feira, disse que o PSD agradece muito ao PS por ter apresentado tal proposta porque aquilo que é proposto é aquilo que o Sr. Presidente da Câmara tem feito nos últimos 7 anos, como grande prioridade que apresentou ao eleitorado. Referiu que o Gabinete de Apoio ao Empresário existe, em Santa Maria da Feira, há 30 anos, realçando que Santa Maria da Feira foi pioneira na criação dessa estrutura de apoio ao empresário e ao investimento. -----

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara se tem esforçado e que, muitas vezes, tem sido criticado pelo PS por esse esforço, acrescentando que lhe parece incrível que só agora, com a pandemia, é que o PS se tenha lembrado que é preciso apostar na atração de investimento no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse que o PSD fez, desde sempre, essa aposta, reafirmando que o atual Presidente da Câmara tem feito esse trabalho de uma forma ímpar, desde há 7 anos, e que, algumas vezes, tem sido criticado pelo PS por isso, reforçando que o PSD até considera a recomendação apresentada pelo grupo municipal do PS como sendo um elogio ao trabalho feito pelo PSD e, em particular, ao Sr. Presidente da Câmara, Emídio Sousa. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que queria fazer um aparte no respeitante à moção sobre a reposição das freguesias extintas, referindo que se é verdade que a extinção de freguesias acabou por ser uma imposição da troika, que se veio a verificar que não teve ganhos, também é verdade que, no fundo, esse processo acabou por ser gerido pelo PSD. Salientou que, em Santa Maria da Feira, até se conseguiu colmatar algumas dificuldades, apesar da CDU também não concordar com o processo ocorrido em Santa Maria da Feira, mas que também é verdade que, em municípios vizinhos, por exemplo, há freguesias que foram agregadas e que estão separadas por vários quilómetros, e nem sequer têm uma estrada direta que as ligue. -----

Disse também querer deixar uma crítica ao PS, realçando não compreender como é que o PS, tendo no seu programa a reposição das freguesias, anda, ano após ano, a arrastar o assunto sem tomar uma decisão e nem sequer aprovou os projetos de lei que foram apresentados na Assembleia da República, nomeadamente pelo PCP e pelo BE, no âmbito desta matéria. -----





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Relativamente aos documentos em apreço apresentados pelo BE, disse que a CDU os iria votar favoravelmente porque vão ao encontro daquilo que também defende. -----

Sobre o voto de saudação pelos 41 anos do Serviço Nacional de Saúde, referiu que a CDU também considera que o Serviço Nacional de Saúde tem sido essencial na luta contra a pandemia de Covid-19.-----

Em relação ao processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR disse que a CDU também está muito sensível quanto a esta matéria porque considera que o País tinha uma oportunidade de democratizar um processo e o que se verificou foi uma democratização de fachada porque foi feito, no fundo, um acordo de cavalheiros entre os dois maiores partidos do País. Referiu que a CDU entende que tal situação é lamentável porque vem, também, deteriorar a imagem pública das instituições e da própria democracia, numa altura em que se estão a enfrentar graves problemas neste âmbito. -----

Sobre a proposta do CDS-PP para a criação de uma comissão de acompanhamento à evolução da pandemia no Concelho, disse que a iria votar a favor apesar de entender que, no fundo, esse trabalho já está a ser feito por todos os partidos, os quais, constantemente, têm alertado a Câmara Municipal para as dificuldades ou problemas que têm sido identificados. Realçou que muitos dos partidos até têm apresentado propostas para a solução desses problemas, recordando que o próprio PS apresentou, na semana anterior, todo um conjunto de propostas neste sentido.-----

Relativamente à proposta do PS para a criação da Agência de Investimento de Santa Maria da Feira, deu nota que também a iria votar favoravelmente, mas que a mesma lhe levanta algumas dúvidas na forma como poderia ser implementada. Disse já ter percebido que a proposta não vai ser aprovada, mas que, pelo que entendeu, a ideia do PS passa pela agregação de alguns serviços que estão a ser feitos por outras instituições numa só instituição, no caso na Agência de Investimento, a qual teria como propósito a promoção do desenvolvimento do tecido empresarial do Município.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira referiu que, no entender da CDU, este desenvolvimento também terá de passar por uma maior aposta nas zonas industriais do Concelho, comentando que muitas delas estão carentes de obras e de serem atualizadas face às necessidades atuais e, até, de serviços que as mesmas devem contemplar. -----

-----



Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que não percebe o porquê da bancada do PSD ter tanto medo da criação de comissões, quando, no caso em concreto, todos têm sinalizado deficiências no combate à pandemia bem como necessidades que o Concelho tem urgência em implementar. Referiu que o PSD rejeita, pura e simplesmente, todas as comissões propostas, reafirmando não perceber qual o receio que o PSD tem em trabalhar tais dossiês com os demais partidos.-----

Disse que existem os Fóruns Sociais de Freguesia e que, nesses fóruns, todos demonstram preocupação com o desenvolvimento da pandemia no Concelho, e que todos estão empenhados em encontrar soluções para responder cada vez melhor à mesma, focando que a pandemia representa uma realidade desconhecida porque não se sabe qual vai ser o seu pico de evolução e quais as necessidades para a enfrentar e para manter a segurança das pessoas. Reforçou que lamenta a posição do PSD porque, apesar do mesmo dizer que está tudo bem e que está tudo feito, são sabidas quais as carências que o Concelho tem e a urgência em resolver certos problemas, comentando que é assim que o Município vem sendo gerido há muito tempo.-----

No respeitante à recomendação apresentada pelo PS, da criação da Agência de Investimento de Santa Maria da Feira, disse subscrever a mesma, comentando que, inclusivamente, apresentou nesta Assembleia Municipal, há algum tempo, uma proposta para a criação de uma comissão de acompanhamento às zonas industriais, a qual foi rejeitada com quase os mesmos argumentos hoje mencionados, ou seja, de que está tudo feito, ou que não é nada com a Câmara ou, então, que não é preciso. Sobre a recomendação em apreço disse ser sabido por todos que, afinal, tal Agência é precisa, daí que vai acompanhar essa recomendação.-----

Em relação aos documentos da iniciativa do BE, informou que se iria abster em relação à moção respeitante ao processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, mas que iria votar favoravelmente tanto o voto de saudação ao Serviço Nacional de Saúde como a recomendação pelo reforço da oferta do transporte escolar.-----

Quanto aos documentos apresentados pela CDU disse que iria acompanhar a recomendação relativa à ligação entre Paços de Brandão e São Paio de Oleiros, bem como as recomendações sobre o transporte escolar em período de pandemia e sobre os transportes no Município, ressaltando que, afinal, há coisas que são precisas fazer, porque existem carências e é preciso arranjar soluções para um melhor desenvolvimento do Município.-----



*[Handwritten signature]*

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos informou, a propósito da moção relativa à reposição das freguesias extintas, que o CDS-PP também está de acordo com a reposição das freguesias e também está consciente da realidade que existe no Município.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Salomé Ventura** (BE) que começou por dizer que o grupo municipal do BE iria acompanhar todos os documentos trazidos pela CDU.-----

Sobre a proposta apresentada pelo CDS-PP informou que o grupo municipal do BE se iria abster simplesmente devido aos considerandos da mesma, acrescentando que também se iria abster quanto à recomendação apresentada pelo PS por ter algumas dúvidas sobre a forma como seria implementada a referida agência de investimento.-----

Em relação ao proferido pelo representante do PSD, José Manuel Leão, disse lamentar que a questão da penalização à Autoviação Feirense seja motivo para o voto contra do grupo municipal do PSD à recomendação do BE para reforço da oferta do transporte escolar. Concluindo a sua intervenção referiu que a Autoviação Feirense tem uma responsabilidade muito grande no que diz respeito ao transporte escolar no Concelho, pelo que o BE considera lamentável que a simples ausência de um mecanismo de validação seja motivo para que muitas pessoas não consigam utilizar, no Concelho, o passe único.-----

-----  
Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por dar nota que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente a proposta do CDS-PP relativa à criação de uma comissão de acompanhamento à evolução do Covid-19 no Concelho, dizendo que lhe faz um pouco de impressão a aversão do PSD à democracia a funcionar, a aversão de poder haver comissões formadas por todos os partidos que, democraticamente, possam participar do processo de decisão. Referiu que, passados tantos anos desde o 25 de Abril, lhe faz alguma espécie que ainda haja uma renitência tão grande, escondendo-se informação e não aceitando a participação de todos, num desígnio que é para todos, seja na questão do combate à Covid-19 seja nas outras matérias para as quais já foram propostas outras comissões.-----

Informou que o grupo municipal do PS também iria acompanhar todas as propostas apresentadas pela CDU, designadamente a moção pela reposição das freguesias extintas, a recomendação sobre a ligação entre Paços de Brandão e São Paio de Oleiros, a recomendação relacionada com os transportes no Município, assim como a recomendação respeitante ao

---



transporte escolar em período de pandemia. -----

Referiu, a propósito do proferido pelo membro José Manuel Leão de que a redução de freguesias foi uma imposição da troika, que só se aproveita da troika aquilo que se quer, realçando que o memorando assinado com a troika também falava em aglutinação de concelhos e, pelo que sabe, o PSD fez tábua morta disso. Disse que se o PSD não queria fazer a extinção de freguesias não o tinha feito porque, se entendeu não reduzir os concelhos, também podia proceder da mesma forma em relação às freguesias, acrescentando que é sempre fácil, quando algo corre mal, dizer que os outros é que têm culpa. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino, aludindo aos documentos apresentados pelo BE, disse que o grupo municipal do PS iria votar a favor, evidentemente, a recomendação relativa ao reforço da oferta de transporte escolar, assim como o voto de saudação aos 41 anos do SNS, realçando que o SNS é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa e do próprio País. -----

Informou, em relação à moção contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, que o grupo municipal do PS a iria votar contra, dizendo ser da opinião que a eleição indireta já é uma evolução no sentido da descentralização, comentando que se fosse o Governo a nomear, toda a gente iria criticar o Governo por ser ele a nomear, mas que, quando se dá um passo para descentralizar, critica-se porque o procedimento tem outros defeitos. -----

Disse também lhe fazer confusão ouvir dizer que, nesta questão, é preciso ter alguma contingência porque vai haver um novo Governo em 2021. Salientou, sobre isso, que o País tem de começar a dizer que as coisas boas são para manter, independentemente de mudar o Governo, acrescentando que não se pode mudar um diretor-geral que implementou boas políticas só porque muda o Governo e este entende nomear outra pessoa para o cargo, que pode não valer “cinco tostões” e que vai virar tudo de pernas para o ar, perdendo-se tudo o que estava bem feito. Frisou que é preciso quebrar este círculo e colocar pessoas competentes nas CCDR, e nos demais locais de execução das políticas do Estado, que deem continuidade às boas políticas, sublinhando que são essas pessoas que interessam ao País e que é preciso ter a coragem de as manter, seja por 1, 5 ou 10 anos, e não as retirar desses cargos somente devido à cor partidária que têm. -----

Em relação à recomendação para a criação da Agência de Investimento disse que o membro Filipe Moreira entendeu bem a intenção do grupo municipal do PS ao apresentar a mesma, ou



*[Handwritten signature and initials]*

seja, de que a agência seria um aglutinador de todos os serviços, e até mais do que isso, seria mais do que a soma das partes pois seria uma organização que permitiria ter alguma agilidade e ligar todos os que têm o desígnio do investimento. -----

Referiu que as palavras ditas pelo membro José Manuel Leão, no âmbito desta matéria, deixam transparecer que a agência seria uma melhoria, mas que o PSD já tem uma coisa parecida, que pode não ser tão boa, mas que é parecida, razão pela qual o grupo municipal do PSD iria votar contra a criação dessa agência. Disse que quando algo é bom, melhor ainda é aprofundar isso e aperfeiçoar, destacando que o grupo municipal do PS está nesta Assembleia para ajudar a melhorar, e não para pôr abaixo, reafirmando que considera que se deve eliminar o que está mal, mas se que deve prosseguir a partir do que está bem. -----

Disse que todas as capitais europeias têm estas agências de investimento e que gostava que Santa Maria da Feira se quisesse ombrear com elas, acrescentando que também todas as principais cidades do País, e até médias, como Loures, Torres Vedras, Cascais, de diversas cores políticas, têm estas agências de investimento, acrescentando que Santa Maria da Feira é quase como aquele soldado que vai a marchar em sentido contrário, mas que julga que só ele é que vai bem e que todos os outros vão mal. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que o PSD entende que o Concelho de Santa Maria da Feira é que é o maior, não tendo capacidade para aceitar os contributos dos outros para melhorar o Concelho, comentando ser por isso que Santa Maria da Feira continua sempre como está, o que é pena. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que o PSD não pensa que tudo está bem nem que tudo está feito, que sabe que há muito para fazer e que nem tudo é feito como se gostaria, e que há sempre possibilidade de melhorar. -----

Referiu que o PSD nunca escondeu informação, mas que não embarca em criar comissões de acompanhamento que não acrescentam nada àquilo que está a ser feito, que não embarca em comissões de fazer de conta, só para dizer que existem, porque não vale a pena, ressaltando que o histórico das comissões de acompanhamento não indica que tenham grande utilidade. ---  
Sobre a criação da agência de investimento disse que o PSD não pensa que ele é que está a marchar bem e os outros mal, que não é nada disso, salientando que, contudo, há que reconhecer que, há 30 anos, foi criado o Gabinete de Apoio ao Empresário, com uma estrutura

---



AA  
C. Gonçalves  
I

montada para esse efeito, comentando não ter sido por acaso que a criação desse Gabinete veio a ser seguida por muitos outros municípios. -----

Disse que também não se deve criar a ilusão de que Santa Maria da Feira tem a dimensão que têm as capitais europeias, salientando que para isso é que existe o AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, comentando que não são as estruturas locais que fazem esse tipo de trabalho. -----

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara tem sete anos de experiência no que refere à captação de investimento para o Concelho, e que a captação verificada é a prova provada de que as coisas estão a funcionar bem a esse nível, pelo que não é preciso mudar. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse que o PSD até aceitava que teria de fazer algo de diferente caso as coisas não estivessem a funcionar bem, mas que, estando a produzir efeitos altamente positivos, não vai estar a mudar nem a criar mais uma estrutura só para fazer a vontade ao PS, a qual criaria despesa e não traria melhores efeitos do que aqueles que têm sido conseguidos através do Sr. Presidente da Câmara, e dos serviços a quem ele recorre. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Recomendação “Criação no Concelho de Santa Maria da Feira de uma: Agência de Investimento de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo PS:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da recomendação (PS: 14, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), 32 votos contra (PSD) e 3 abstenções (BE: 2, PS: 1 – Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Reforço da oferta do transporte escolar”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da recomendação (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 32 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



*Handwritten signature and initials*

– Moção “Contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas”, apresentada pelo BE: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor da moção (BE: 2, CDU: 1), 46 votos contra (PSD: 32, PS: 14) e 3 abstenções (CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Voto de Saudação “Aos 41 anos do Serviço Nacional de Saúde”, apresentado pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 32, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Proposta “Criação de uma Comissão de Acompanhamento à evolução da pandemia de Covid-19 no nosso Concelho”, apresentada pelo CDS-PP:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da proposta (PS: 14, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), 32 votos contra (PSD) e 3 abstenções (BE: 2, PS: 1 – Rui Alves Rios), rejeitar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Ligação entre Paços de Brandão – São Paio de Oleiros”, apresentada pela CDU:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 32, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Transporte escolar em período de pandemia”, apresentada pela CDU:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 32, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Transportes no Município”, apresentada pela CDU:-----



HA  
Cavalito  
D.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), e 33 abstenções (PSD: 32, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- Moção “*Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático*”, apresentada pela CDU:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 32, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a primeira questão que tinha a colocar à Câmara prende-se com a empresa P. Parques, salientando que, ao longo das últimas semanas, tem havido polémica no respeitante ao pagamento em numerário, ou não, de uma quantia de mais de 40 mil euros que a P. Parques fez à Câmara. Referiu ser sabido que a uma entidade pública só se pode pagar em numerário até um limite, que disse julgar ser de 3 mil euros, e que, acima dessa quantia, o pagamento tem de ser feito de outras formas.-----

Disse que este pagamento tem estado a ser discutido em vários fóruns, pelo que questionava à Câmara se o mesmo foi efetivamente em numerário ou se foi feito de outra forma, acrescentando que, tendo sido efetuado de outra forma, entende que a Câmara a deveria tornar pública, seja através da fotocópia do cheque, seja através do comprovativo da transação, para, desse modo, acabar de vez com as dúvidas que pairam no ar em torno deste assunto.-----

Referiu que outra questão está relacionada com o pavilhão municipal de Fiães, dizendo que o mesmo foi recentemente intervencionado, e ainda bem, para a retirada do telhado de fibrocimento que tinha. Disse que, contudo, tinha de deixar uma crítica uma vez que aquele pavilhão está sem ser utilizado há cerca de 10 anos, salvo utilizações esporádicas, quando a





freguesia até tem um clube de futsal que, agora, está na 2.<sup>a</sup> divisão nacional, e que está a jogar no pavilhão das escolas, ressaltando que esse clube tem vindo a reclamar, ao longo dos anos, a sua vontade em utilizar o pavilhão municipal de Fiães. -----

Disse saber que esse pavilhão municipal ainda carece de muitas obras, nomeadamente nos balneários, questionando à Câmara para quando está previsto que o mesmo esteja totalmente operacional para que este clube de futsal, e outros, possam usufruir dessas instalações. Deu nota que o clube de futsal em causa até tem pedido para usar o outro pavilhão municipal, que está praticamente ao encargo do Clube Desportivo de Fiães, comentando que este tem voleibol, mas que não terá, por exemplo, o escalão de seniores masculinos dessa modalidade. - Referiu que outra questão está relacionada com os estaleiros municipais, dizendo que os mesmos, se ainda não estão, irão ser intervencionados, e que queria solicitar à Câmara que construa balneários com melhores condições e que também preste um serviço que várias empresas, e até municípios, estão a prestar, que é a Câmara, através de um acordo com uma empresa, lavar a roupa dos seus trabalhadores para que estes não a levem para casa, principalmente daqueles trabalhadores que andam na rua, como os que tratam do lixo, e que estão mais propícios a contraírem a Covid-19. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse que, durante o verão, a CDU foi tomando contacto com várias descargas poluentes em diversos cursos de água, comentando que tal voltou a acontecer, nesta semana, no rio Uíma. Questionou à Câmara o que tem feito de efetivo para contrariar tal situação, solicitando também que a Câmara faça pressão junto do Governo para que volte a existir a profissão de guarda-rios, comentando que é fundamental, principalmente no município de Santa Maria da Feira, haver esta profissão porque se verifica haver uma carência de meios para fiscalizar e para fazer cumprir a lei. -----

Disse que outro assunto diz respeito à Semana Europeia do Desporto, que decorre de 23 a 30 deste mês de setembro, para questionar à Câmara quais as atividades que realizou no âmbito da Semana Europeia do Desporto e, à boleia desta questão, também perguntar qual o ponto de situação da pista do parque desportivo de Sanfins. Referiu que a construção dessa pista tem vindo a ser discutida, ao longo dos anos, nesta Assembleia Municipal, e que tarda em sair da gaveta e em ser concretizada, focando que essa infraestrutura é fundamental para o desporto e para os atletas do Município. -----

O membro Filipe Moreira, concluindo a sua intervenção, disse querer deixar uma



recomendação à Câmara, salientando que, nesta situação da pandemia, muitas vezes são formadas filas de espera no exterior de serviços como os CTT, as Finanças, a Segurança Social e outros, até porque alguns deles ainda estão a funcionar quase exclusivamente online, daí recomendar à Câmara que tenha a sensibilidade de colocar abrigos nesses locais de modo a que as pessoas não tenham de aguardar à chuva e aos demais elementos climáticos, ainda mais agora que se aproxima o inverno. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que a escola EB 1 de Mozelos tem quatro contentores destinados a suportar o serviço da cantina, porque a cantina vai ser requalificada, questionando se tais contentores são propriedade da Câmara ou se são concessionados, qual a razão para que essa situação demore há tanto tempo e qual o motivo que leva a que as obras de requalificação da cantina estejam tão atrasadas. -----

Disse que uma das questões que tinha a colocar à Câmara já foi abordada pelo membro Filipe Moreira, designadamente a que diz respeito à Associação Juventude de Fiães, cuja equipa de futsal ascendeu à 2.ª divisão a nível nacional. Referiu que também queria saber qual o motivo para que essa equipa não possa usar o pavilhão municipal de Fiães que está operacional e que tem horários disponíveis, tendo, em alternativa, de usar pavilhões vizinhos para poder exercer a sua atividade, principalmente para disputar os jogos oficiais. -----

Salientou, de seguida, que o edifício da antiga escola Fernando Pessoa está num grande estado de degradação e que, inclusive, ocorreu um incêndio, há poucos dias, na cobertura do pavilhão desportivo, questionando se existe algum desenvolvimento no projeto para aquele espaço para que, de uma vez por todas, se elimine aquele triste espetáculo de degradação localizado na zona nobre da cidade de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que também queria falar sobre o muro do Hospital S. Sebastião que caiu há quase um ano, questionando se vão passar alguns aniversários do hipermercado que abriu junto ao hospital até que o muro seja reconstruído, questionando se não há possibilidade de agilizar esse processo para que aquela entrada da cidade não apresente aquele espetáculo de degradação permanente. -----

Disse que, para concluir, e porque foi rejeitada a criação da comissão de acompanhamento que iria acompanhar a evolução da pandemia de Covid-19 no Concelho, gostaria de saber se o Sr. Presidente da Câmara está a par de todas as informações relativamente às pessoas



*Handwritten signature and initials*

infetadas do Município. Referiu que o número redondo de 700 casos no Município já se prolonga há várias semanas, se calhar há meses, questionando se existe mais alguma informação que possa ser dada e se o Sr. Presidente da Câmara o podia elucidar, por freguesia ou por zonas do Concelho, onde há mais infetados e se há uma articulação com as juntas de freguesia para dar uma resposta positiva e rápida à situação. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que disse também querer questionar sobre as descargas poluentes que têm ocorrido no Concelho, tal como já abordado pelo membro Filipe Moreira. -----

Referiu que tais descargas têm sido recorrentes, pelo que queria perguntar o que é que o Executivo Permanente tem feito no sentido de evitar que essa situação volte a acontecer no futuro, e, quando acontecem, qual é o modelo de atuação. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por questionar ao Sr. Presidente da Câmara para quando a existência da sinalética uniforme em todo o Concelho, bem como da sinalética informativa para os visitantes e para os próprios munícipes de Santa Maria da Feira. Questionou para quando ter, por todo o Concelho, paragens de autocarro com o devido abrigo e condições, comentando que as crianças esperam pelo autocarro em condições degradantes. -- Perguntou, de seguida, quais foram as atividades alternativas que a empresa municipal Feira Viva promoveu para fazer face aos grandes eventos que não realizou por causa da pandemia.-- Perguntou, ainda, se a Feira Viva já entregou os pavilhões que tinha arrendados, assim como se já mudou o material que tinha nesses pavilhões para o Europarque. ----- Questionou, também, qual o ponto da situação da concessão do Restaurante Lago, localizado no complexo do Europarque. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse que na antiga rua Direita, ao lado do restaurante Adega Monhé, está a ser feita uma obra de reabilitação onde a fachada não foi mantida. Disse ser da opinião que o centro histórico de Santa Maria da Feira, bem como o de qualquer cidade, vale pelo seu conjunto e não por um ou outro edifício específico, comentando que quando se começa a deixar demolir as fachadas do conjunto está-se a deixar demolir o centro histórico e a respetiva identidade histórica. -----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* salientou que ou se tem a capacidade



*Carla Adriana Pinto*  
G

de manter as fachadas e proteger o centro histórico, ou não, reafirmando que, na obra em causa, situada na rua mais emblemática do centro histórico de Santa Maria da Feira, a antiga rua Direita, deixou-se demolir a fachada. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) que disse querer voltar a colocar a questão que colocou na sessão realizada por esta Assembleia em fevereiro último, relacionada com a Escola Básica da Póvoa, em Paços de Brandão. -----

Referiu que, nessa sessão, deu conta do estado de degradação dessa escola, dos problemas estruturais do edifício e da falta de condições da cantina, e que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que essas obras estavam em andamento. -----

Disse que, estando-se no início do novo ano letivo, a questão que deixa é para quando a resolução dos graves problemas que essa escola tem até porque, aparentemente, não houve avanços, comentando que, dada a morosidade deste tipo de intervenção, conforme o Sr. Presidente da Câmara explicou nessa altura, se pode deduzir que essa obra não será realizada no presente mandato. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Carla Adriana Pinto disse que, assim sendo, deixa, nesta sessão, o compromisso do PS de assumir esta obra como a sua primeira obra. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. Disse, em relação à questão do pagamento efetuado pela empresa P. Parques à Câmara, que queria deixar claro, de uma vez por todas, que tal pagamento não foi feito em notas ou moedas, como é óbvio, porque tal é proibido por lei. Informou que o pagamento foi por cheque, acrescentando que quem recebe os pagamentos não é o presidente da câmara nem é o vereador, realçando que os pagamentos são feitos na Tesouraria da Câmara e que os funcionários desta sabem as regras por que se regem. Referiu que, portanto, não percebe o porquê de se continuar a insistir numa questão em que a Câmara cumpriu a lei, reafirmando que o pagamento foi feito por cheque. ---  
Em relação à questão do pavilhão de Fiães, deu nota que o pavilhão em causa era da Casa do Povo de Fiães e que esta o entregou à Câmara há uns anos. Disse que, aquando da construção do novo pavilhão, esse era para ser demolido, mas que a Junta de Freguesia demonstrou muito



interesse em fazer a gestão do mesmo, pelo que a Câmara está a fazer a cobertura para, posteriormente, articular com a Junta de Freguesia a gestão desse pavilhão. Disse que essa infraestrutura não será apenas para o futsal, que também será usado para outras atividades que, neste momento, estão a ser desenvolvidas noutros espaços. -----

Quanto aos balneários dos estaleiros municipais, deu essa nota que os atuais balneários são bons, recordando que essa foi uma das primeiras medidas que tomou, ainda enquanto vereador, acrescentando que, no futuro, os balneários ainda serão melhores, mas que os atuais já são excelentes balneários. -----

Em relação à questão de a Câmara poder providenciar pela lavagem da roupa dos trabalhadores informou que não está previsto fazê-lo, nem atualmente nem no futuro. -----

Sobre as descargas poluentes e a sugestão de se voltar a criar a profissão de guarda-rios, disse ser verdade que tal carreira profissional acabou, comentando que essa era uma competência da Administração Central até porque os rios atravessam, normalmente, vários municípios. Referiu que as descargas poluentes no rio Uíma são uma realidade, que estão a ser detetadas pela primeira vez, lembrando que desde que se procedeu à despoluição do rio e foram construídos os passadiços e devolvidos aqueles espaços à população, a Câmara pediu sempre à população que denuncie sempre que deteta uma descarga, comentando que ainda bem que as denúncias são feitas. -----

Disse que, obviamente, não é possível vigiar todas as atividades junto ao rio, que seria preciso a Câmara promover uma vigilância de 24 horas por dia, ao longo de muitos quilómetros de rio, o que é impossível fazer só com um ou dois fiscais, mas que lhe apraz registar que o rio Uíma, hoje, tem vida, tem peixes, quando há uns 15 ou 20 anos estava morto, reforçando que os prevaricadores são muito difíceis de detetar até porque, muitas vezes, fazem as descargas pela calada da noite, em horários em que ninguém está a ver. -----

Referiu que tem sido feito um trabalho, em articulação com as juntas de freguesia, para tentar detetar os prevaricadores, dando nota que já foi detetado um caso, que foi comunicado ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, da GNR, o qual levantou o respetivo auto de contraordenação. Reforçou o pedido para que, sempre que alguém detete uma mancha colorida no rio, não se fique pela publicação da situação no Facebook, mas que procure identificar a origem dessa mancha, frisando que essa é que seria uma grande ajuda porque, muitas vezes, quando os respetivos serviços vão procurar a origem, já não a conseguem



*M. S. Santos*  
*S.*

detetar. Referiu que todos devem ser guardiões dos rios, alertando que o simples ato de lavar um pátio com detergente é causador de poluição dos rios, e que muita gente não tem essa noção. -----

Sobre a Semana Europeia do Desporto disse que, como toda a gente compreende, o contexto da pandemia de Covid-19 condiciona muito as práticas desportivas, bem como limita imenso quase todas as demais atividades, e que o Município não foge à regra. -----

Em relação à pista de atletismo de Sanfins informou que está a ser ultimado o projeto de execução, dando nota que se trata de uma obra cara, que vai custar mais de 2 milhões de euros porque a Câmara quer fazer um equipamento o mais completo possível, com a pista, com relvado, com balneários adequados, ou seja, com todas as condições para a prática das diferentes modalidades do atletismo. Disse esperar que o projeto de execução fique concluído nos próximos meses para, depois, ser lançado o concurso público para a execução da obra. ----

Relativamente à questão sobre o atendimento municipal informou que existe essa preocupação, dando nota que o plano de contingência implementado devido à Covid-19 prevê medidas para evitar a aglomeração de pessoas, como o Município ter trabalhadores em teletrabalho e alguns a fazer jornada contínua para, desse modo, provocar o desfasamento presencial no trabalho, para evitar a contaminação. -----

Salientou que o setor mais crítico, em termos de atendimento, é o do urbanismo, daí estar a ser feito por marcação prévia, em diferentes horários, precisamente para evitar a aglomeração de pessoas. Informou ainda que, no último mês, foi criado um posto de atendimento sem marcação porque se constatou que, às vezes, iam à Câmara pessoas de longe, por causa de um documento muito simples, e tinham de voltar para trás, pelo que deu instruções para que se procurasse resolver o problema dessas pessoas. Referiu que essas situações vão sendo muito pontuais, reforçando que está a ser feita a gestão dos tempos no que respeita ao atendimento das pessoas. -----

De seguida, aludindo às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, o Sr. Presidente da Câmara pediu à *Sr.ª Vereadora Cristina Tenreiro*, do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, para dar os devidos esclarecimentos quanto à questão das salas modulares que funcionam como refeitório da EB de Prime, tendo a mesma informado que essas salas modulares estiveram alugadas até ao último ano letivo, mas que o Município fez a aquisição desse equipamento pelo que, a partir do ano letivo que vai iniciar, o mesmo é propriedade do



*Handwritten signature and initials*

Município.-----  
O *Sr. Presidente da Câmara* retomou a sua intervenção dizendo, em relação à questão colocada sobre a Associação Juventude de Fiães, que já a tinha respondido.-----  
Disse, sobre a antiga escola Fernando Pessoa, que está a ser feito o projeto de execução, informando que esse projeto foi contratado a uma empresa externa e que a revisão do projeto já foi feita, acrescentando que a DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares também tem uma palavra a dizer na aprovação do mesmo.-----  
Em relação à questão do muro do Hospital S. Sebastião que caiu disse que, naturalmente, aquele muro não pertence à Câmara, dando nota que já pediu à administração do hospital para que, o mais rapidamente possível, providenciasse pela reparação do muro. Realçou que, tratando-se aquele hospital de uma entidade pública, está sujeito às regras da contratação pública, dizendo que, para além disso, existe a dificuldade de que qualquer despesa que o hospital tenha de fazer tem de ser previamente autorizada pela Administração Central. Referiu que essa questão preocupa a Câmara, salientando que a preocupação inicial, e também atual, prende-se com a segurança das pessoas, reafirmando que essa obra cabe ao hospital e que espera que a mesma venha a ser concretizada o mais rapidamente possível. -----  
Sobre a situação da pandemia no Município e da articulação que está a haver, nesse âmbito, com as diferentes entidades, disse haver um grupo de trabalho que funcionou diariamente desde o início da pandemia até junho, passando, a partir de julho, a reunir semanalmente. Deu nota que, neste momento, o grupo está completamente reativado, acrescentando que existe um grupo que só se dedica às escolas e um outro grupo que engloba todas as entidades diretamente ligadas ao combate da pandemia, como a proteção civil, as entidades de saúde e outras, comentando que ambos se estão a reunir uma vez por semana, mas que, caso se mostre necessário, essa frequência será aumentada. -----  
Informou que o número acumulado de infetados no Município é, desde o início da pandemia, de mais de 800, e que se constatou que, nas últimas três semanas, houve um ligeiro aumento do número de pessoas infetadas, comentando que tal aumento era esperado tendo em conta o regresso das pessoas ao trabalho, após o término das férias. Referiu que o município de Santa Maria da Feira não é um oásis ou uma ilha, pelo que, naturalmente, os contactos motivados pelo trabalho e pelas deslocações iriam aumentar o número de infetados, acrescentando que, com o início do novo ano letivo, é expectável um novo aumento de pessoas infetadas,



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

comentando que qualquer pessoa entenderá isso. -----

Disse ser preciso manter extrema vigilância e tomar todas as medidas de precaução necessárias, salientando que é de realçar que o número de internados no hospital S. Sebastião devido à Covid-19 é reduzidíssimo, e que não haverá ninguém nos cuidados intensivos, o que mostra que, apesar do vírus ser altamente contagioso, porque há muita gente infetada, não será tão mau para a saúde como era no início da pandemia. -----

Referiu ter tomado conhecimento dos números desta semana de internados no hospital S. Sebastião, e que estão 12 pessoas hospitalizadas, 2 de Santa Maria da Feira, 4 ou 5 de Arouca, 2 ou 3 de Oliveira de Azeméis, reafirmando ser um número reduzidíssimo em termos de internamento hospitalar. Disse que a Câmara está a acompanhar a situação, que todos os dias recebe deste género de informação do hospital, da delegação de saúde local, dos agrupamentos de centros de saúde, salientando que a principal informação que pode prestar é que, de facto, houve um aumento do número de pessoas infetadas nas últimas três semanas, mas que as consequências para a saúde não terão sido tão gravosas como no início.-----

Sobre a questão colocada pela deputada municipal Salomé Ventura, a respeito das descargas poluentes, disse já ter dado os devidos esclarecimentos.-----

Prosseguindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara aludiu às questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino, informando, em relação à questão da sinalética informativa nas estradas do Concelho, que a mesma está a ser implementada, dizendo que já foi adjudicada a colocação da sinalização horizontal nas estradas e que a sinalética informativa tem vindo a ser colocada paulatinamente, e que esse trabalho vai continuar a ser feito. -----

Sobre a questão das paragens de autocarro disse que algumas delas são estanques, dando nota que o Município tem um acordo com a empresa Cemusa, de mobiliário urbano e publicidade, para a colocação desse tipo de paragens. Disse que o Concelho tem um conjunto de paragens com muito boa qualidade, designadamente as que têm maior procura e maior frequência, comentando que algumas têm muito pouca procura e não captam o mesmo interesse para os operadores, mas que a Câmara vai tentar, no futuro, aumentar o número das portagens estanques, talvez recorrendo a publicidade para que tal seja possível.-----

Em relação à questão sobre a empresa municipal Feira Viva informou que, pelo que sabe, está concluída, ou prestes a concluir, a mudança dos equipamentos que se encontravam nos pavilhões, para que sejam entregues completamente vazios, dando nota que a entrega aos





*Handwritten signature and initials*

arrendatários já está planeada e que, segundo julga, a mesma decorre ou ainda neste mês ou no próximo. Referiu que essa mudança já tinha sido decidida em maio ou junho passado e que praticamente todo o material já se encontra no Europarque, onde está sediada a Feira Viva. ----

Sobre a concessão do Restaurante Lago, localizado no complexo do Europarque, referiu que a concessão foi feita através de uma hasta pública e que aquele espaço continuará concessionado àquele operador enquanto decorrer o período da concessão. Disse estar muito contente com o operador, que lhe parece que tem feito um excelente trabalho no restaurante, comentando que quem lá vai algumas vezes, com certeza, constatará isso. Referiu que, para o Município, haver uma boa operação do espaço é até mais importante do que receber uma renda elevada, reafirmando que, no seu entendimento, é isso que está a acontecer e que o operador do restaurante é um bom operador. -----

Sobre a fachada numa obra junto ao restaurante Monhé disse desconhecer a situação, que terá de se inteirar do que se passa, salientando que o centro histórico de Santa Maria da Feira está perfeitamente delimitado e que as intervenções realizadas no mesmo têm de ter o parecer prévio do ex-IGESPAR, agora Direção-Geral do Património Cultural. -----

Referiu julgar que o caso em questão está fora da zona delimitada, mas que terá de comprovar isso, acrescentando que também não se recorda se a fachada em causa tem um valor arquitetónico tão grande, lembrando que, à entrada daquela rua, já existe um edifício com três pisos, segundo julga, que já descaracterizou um bocadinho aquela zona. Disse concordar inteiramente que o centro histórico deve ser protegido ao máximo, comentando que, muitas vezes, a demolição de uma fachada não significa que ela não possa ser reposta nas mesmas condições, recordando que o hostel da Praça, em frente ao edifício da Câmara, é um exemplo disso porque, aquando da sua reconstrução, uma tempestade fez cair a fachada frontal, a qual teve de ser reconstruída e que, na sua opinião, até ficou melhor do que estava anteriormente. --

Em relação à questão sobre a Escola Básica da Póvoa, em Paços de Brandão, deu nota que vai ser feita uma remodelação muito mais completa que, segundo a estimativa existente, ultrapassará os 300 mil euros, fazendo com que a revisão do projeto seja obrigatória. Informou que essa revisão é feita por uma entidade externa, a qual verifica o projeto para ver das incoerências e correções a fazer, dando nota que a Câmara já tem a resposta dos revisores e que, agora, vai confrontar com o projetista para ver o que há a corrigir, dizendo esperar que o concurso público para essa obra seja lançado ainda em 2020. -----

---



*Handwritten signature and initials*

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse, a respeito do proferido pela deputada municipal Carla Adriana Pinto de que essa seria a primeira obra do PS, que pensa que ainda é preciso ganhar as eleições para se governar a Câmara, a menos que o PS entenda que irá governar a Câmara sem eleições. Realçou que os feirenses não permitiriam tal situação, pelo que, portanto, a menos que não haja eleições e o Governo do PS nomeie o Presidente da Câmara, como acontecia antes do 25 de Abril, o PSD de Santa Maria da Feira irá disputar as eleições e ganhá-las. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

##### 1 – Ata N.º 18 – Sessão Ordinária de 26 de junho de 2020-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação a ata em epígrafe, oportunamente distribuída, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor, aprovar a ata em referência. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Manuel Strecht Monteiro, Regina Silva, Cláudia Correia, José Castro, Joana Ribas e Delfim Silva. -----

##### 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 9.524, em 18 de setembro de 2020, que anexa o IV Relatório de 2020 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a



*Handwritten signature and initials*

esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência. -----

*Entraram os membros António Topa e João Cunha.* -----

**3 – Transferência de competências para os municípios – Educação e Saúde**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 7 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referir que iria votar favoravelmente a proposta da Câmara porque a CDU considera que esta municipalização de serviços é um processo que não está a ser feito como deveria ser feito porque, como já salientou noutras sessões desta Assembleia, acaba por ser uma desresponsabilização central e não uma descentralização dos serviços centrais em determinadas áreas, no caso em apreço nas áreas da Educação e da Saúde. -----

Disse que a CDU também entende que as câmaras municipais não estão preparadas, neste momento, para receberem e para ficarem responsáveis por estes serviços, dando nota que esta sua intervenção serve para justificar o seu voto perante as pessoas que seguem esta sessão através da internet e que não estão por dentro da posição da CDU relativamente a estas matérias. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que informou que também iria manter a posição já tomada em sessões anteriores, aquando da discussão de matérias similares. -----

Disse que o CDS-PP não concorda com a forma como estão a ser feitas as delegações de competências para os municípios e que considera que, enquanto não forem conhecidos os dossiers para se poder analisar se se deve, ou não, aceitar as competências, seria imprudente o Município as aceitar. -----

Referiu que, por essa razão, o CDS-PP iria votar contra a aceitação da transferência de competências em questão, corroborando, assim, a posição da Câmara. -----



*[Handwritten signature]*  
-----  
*[Handwritten mark]*

Interveio o membro **Pedro Alves Ferreira** (BE) que começou por dizer que o Bloco já deixou, em outras ocasiões, bem clara a posição que tem em relação a este tema, dando nota que tal posição é a de votar favoravelmente a proposta da Câmara, de não aceitação da transferência, mas por razões bem diferentes daquelas que são as da Câmara. -----

Referiu que a transferência de competências para os municípios tem merecido, da parte do BE, justas e merecidas críticas por causa daquilo que, na verdade, representa, ou seja, uma desresponsabilização do Estado e das suas funções sociais, no caso em concreto, nas áreas da Educação e da Saúde. -----

Disse que, analisando os diversos diplomas legais no âmbito dessas transferências de competências, facilmente se percebe que esta descentralização irá agravar as assimetrias regionais, acrescentando que aquilo que está realmente em causa é uma municipalização de competências que, claramente, compromete a universalidade e a igualdade no acesso das diversas populações aos serviços que são nucleares do Estado. -----

Referiu que, para além da questão dos recursos da autarquia e dos possíveis conflitos que podem vir a existir, existe ainda uma preocupação que, para o BE, e tendo em conta o histórico da autarquia de Santa Maria da Feira, é mais do que justificada. Fez notar que essa preocupação tem a ver com a possibilidade de as autarquias, com a justificação de que os meios humanos ou técnicos que têm são insuficientes para assegurar as novas competências, concessionarem tais serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas, o que poderá promover a degradação dos serviços prestados bem como pôr em causa o acesso dos cidadãos a esses mesmos serviços, acrescentando que essa tem sido, aliás, uma das características da Câmara de Santa Maria da Feira. -----

Salientou que a municipalização destas competências poderá dar origem ao agenciamento e à contratação de serviços e até de empreitadas que, na verdade, transformam os municípios em repartições administrativas das políticas nacionais, reforçando que, por esse motivo, o grupo municipal do BE não pode aceitar a transferência de competências em apreço. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Pedro Alves Ferreira reafirmou que o grupo municipal do BE iria votar favoravelmente a proposta da Câmara, no sentido de recusar a transferência, mas pelos motivos que acabou de elencar. -----

-----  
Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que disse estar em causa uma descentralização que foi



até anunciada como sendo um grande acordo entre o PS e o PSD, mas que aquilo que se constata é que não resultou, comentando que tal processo até teria algumas virtualidades, como a de aproximar as decisões, em algumas matérias, dos cidadãos, mas que tal não veio a acontecer.-----

Referiu que a descentralização será importante e que pensa que todos os feirenses, e até os portugueses, defendem uma descentralização que seja levada avante com responsabilidade, com controlo, onde se transfira para os municípios as matérias que estes têm mais capacidade para, em conjunto com os respetivos meios financeiros, levar a cabo.-----

Disse que, sendo Portugal o país que é, nunca vai haver consenso em relação a algumas matérias, pelo que alguns serviços terão de se manter no Estado central, até para haver algum controlo e não haver certas dissonâncias, comentando que, por vezes, é mais fácil as pessoas se desentenderem do que se entenderem.-----

Fez notar que o PS de Santa Maria da Feira reconhece que esta descentralização não terá sido a que melhor foi executada, que necessita ser repensada para ver quais são as atividades que devem ser transferidas para os municípios, junto com o respetivo suporte financeiro, e quais as que devem permanecer sobre a alçada do Estado central.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino realçou que, pelo motivo que elencou, o grupo municipal do PS se iria abster em relação a esta matéria.-----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que nem se ia pronunciar com a verborreia do BE, por entender não valer a pena fazê-lo, comentando que o BE, dado que apoiou o Governo durante estes últimos 5 anos, devia ser consistente e fazer na Assembleia da República as críticas que fez nesta Assembleia Municipal.-----

Referiu, em relação ao proferido pelo membro Sérgio Cirino, que lhe agrada ver que o PS tenha virado o bico ao prego, dizendo que o PS tanto defendeu e exerceu pressão, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, no sentido de que o Município devia assumir essas competências, quando, afinal, o PSD tinha razão.-----

O membro José Manuel Leão deixou o seu bem-haja por o PS ter mudado de opinião, comentando que, assim sendo, todos estão de acordo que o Município não deve aceitar a transferência de competências, concluindo por informar que o grupo municipal do PSD iria, naturalmente, votar favoravelmente a proposta da Câmara.-----

---



*[Handwritten signature]*

Usou da palavra, de seguida, o *Sr. Presidente da Câmara*, o qual disse querer apenas referir que o Serviço Nacional de Saúde, neste momento, sofre muito, que estão a ocorrer algumas situações que causam muita preocupação, como os atrasos nas consultas, mas que a situação em apreço neste ponto da Ordem do Dia é, obviamente, diferente. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 34, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 12 abstenções (PS), que seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Santa Maria da Feira não pretende, no ano de 2021, a transferência das competências municipais previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, bem como não pretende a transferência das competências municipais plasmadas nos Decretos-Lei n.º 21 (Educação) e n.º 23 (Saúde), ambos de 30 de janeiro de 2019. -----

**4 – Alteração de postura de trânsito – Espargo** -----

**5 – Alteração de postura de trânsito – Mozelos** -----

**6 – Alteração de postura de trânsito – Santa Maria da Feira** -----

**7 – Alteração de postura de trânsito – Santa Maria de Lamas** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 7 de setembro de 2020 – enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que disse que, como não há reclamações por parte dos presidentes das respetivas Juntas de Freguesia, nem chegou à CDU nenhuma reclamação relativamente às alterações em questão, então que iria, evidentemente, votar a favor todos os pontos em apreço. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----



*[Handwritten signature]*  
1.

4 – *Alteração de postura de trânsito – Espargo* -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Espargo, com implicação na Rua do Roligo, nos termos da deliberação camarária de 7 de setembro de 2020. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

5 – *Alteração de postura de trânsito – Mozelos* -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Mozelos, nos termos da deliberação camarária de 7 de setembro de 2020. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivos anexos (5 peças desenhadas e 1 peça escrita) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

6 – *Alteração de postura de trânsito – Santa Maria da Feira*-----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Santa Maria da Feira, com implicação no arruamento paralelo à Avenida Doutor Belchior Cardoso da Costa, nos termos da deliberação camarária de 7 de setembro de 2020. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

7 – *Alteração de postura de trânsito – Santa Maria de Lamas* -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Santa Maria de Lamas, com implicação no parque de estacionamento da Rua da Salgueirinha, nos termos da deliberação camarária de 7 de setembro de 2020. -----



*Handwritten signature and initials*

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**8 – Alteração Orçamental Modificativa -----**

- 3.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa -----

- 3.ª alteração orçamental modificativa ao Plano de Atividades Municipal – PAM -----

- 3.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sobre este ponto gostaríamos de dizer o seguinte. Gostaríamos de ver explicado a que se referem os 25 mil euros de redução de despesas com pessoal e redução de 108 mil euros na aquisição de bens e serviços que, por sua vez, é substituída por um aumento de 133 mil euros em aquisição de bens e serviços. Portanto, gostaríamos de ver esclarecido que bens e serviços deixarão de ser adquiridos e que bens e serviços passarão a ser adquiridos, porque, para nós, não é claro. -----

Relativamente ao plano de atividades propriamente dito, verificamos que são alteradas rubricas relativas ao Transfeira, e, também, relativas à segurança e vigilância, referentes ao ano de 2023, portanto, deixando inalterados os valores do ano de 2020. -----

Reduz 69 mil euros para a proteção civil no ano 2020. -----

Existe um reforço de 133 mil euros nas funções sociais que parece ser essencialmente para outros serviços de gestão de jardins e parques. -----

E o que questionamos é, portanto, num ano de pandemia, com um brutal impacto, obviamente, na saúde e na economia e, obviamente, na vida social das pessoas, o que vemos aqui é que o Município propõe uma nova revisão do orçamento municipal que retira, por exemplo, dinheiro à proteção civil. Não entendemos. Portanto, a nossa pergunta é: Não





*Handwritten signature and initials*

deveria ser reforçado o orçamento e a presença da proteção civil? -----

Por exemplo, a par do SNS e do Instituto da Segurança Social, intervir nos lares e nas respostas sociais de forma a prevenir surtos, ou, por exemplo ainda, para a distribuição de equipamentos de proteção individual em equipamentos públicos e sociais ou ainda para a distribuição desses mesmos kits de proteção à própria população. -----

E, portanto, queríamos dizer ainda que, perante a pandemia, esta nova revisão do orçamento parece-nos não ter nada a dizer sobre o reforço, por exemplo, dos transportes públicos, já este ano. -----

Não tem nada a dizer sobre o reforço da ação social escolar quando se inicia o novo ano letivo completamente atípico. -----

Não tem nada a dizer, a não ser um reforço para outros serviços para a gestão de jardins e parques. -----

E, portanto, verificamos que é, de facto, a 3.ª revisão orçamental que o Executivo propõe este ano, a anterior já foi feita durante a crise pandémica, esta idem, e em nenhuma delas o Executivo se lembrou sequer de dar resposta à crise sanitária e social, não se lembrou sequer das pessoas, das famílias e das pequenas empresas que estão a sofrer, a vários níveis, com a pandemia. E, portanto, parece-nos que é um Executivo que está completamente fora da realidade e desligado das necessidades da população. -----

E neste sentido, e para concluir, já o dissemos e voltamos a dizer que, no ano passado, o Município de Santa Maria da Feira teve um excedente de 40 milhões de euros, esse excedente transitou para este ano de 2020, e, portanto, o que nos parece lógico é que esse dinheiro seja posto ao serviço da população, principalmente num ano tão difícil como o que estamos a atravessar. -----

E, portanto, e mesmo para concluir, todas as revisões orçamentais que não o façam terão, obviamente, o voto contra do Bloco de Esquerda.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que disse querer colocar três questões, comentando que duas delas até já haviam sido faladas pela deputada municipal Salomé Ventura. -----

Questionou porque é que se reduz a verba para a proteção civil quando, no seu entendimento, esse será um dos setores onde as verbas terão de ser mais reforçadas para preparar o futuro, face às contingências que poderão vir, comentando que se assim não for ter-se-á, depois, de



*[Handwritten signature]*

correr atrás do prejuízo. -----

Sobre o aumento da verba para os parques disse que ou nasceu algum parque em Santa Maria da Feira ou, então, foi feita uma má orçamentação inicial que levou, agora, a este aumento. ----

Referiu que a terceira é que a Câmara devia, nesta alteração orçamental, ter aumentado o orçamento para a prática de políticas ativas para promover o investimento público em 2021, realçando que se está a viver uma crise e que grande parte da solução da mesma vai passar pelo investimento público, e que não vê que o município de Santa Maria da Feira se esteja a adaptar a esta realidade. -----

Disse esperar que o investimento privado continue no nível em que está, mas que considera que o investimento público vai ser fundamental e não vê o município da Santa Maria da Feira estar preparado, quer a nível administrativo, quer a nível organizacional, para poder aproveitar profundamente os fundos comunitários que vão chegar em 2021, acrescentando que o Município já se devia estar a preparar para essa situação. -----

Referiu que, para se ver o quanto falha o Município na preparação destas situações, o Eixo das Cortiças está planeado desde 1993, e, dos 14 quilómetros previstos, ainda só foram feitos 400 metros, reforçando que o Município devia estar a aprimorar esta questão para, quando chegar a altura de apresentar as candidaturas, ter os meios suficientes e tudo pronto para o poder fazer. -----

Disse saber que o Sr. Presidente da Câmara lhe vai responder que tem um orçamento mais ou menos bom para fazer investimento, e que até concorda com isso, mas que também podia dizer que ele, Sérgio Cirino, quando entrou pela primeira vez, em 2005, para vereador da Câmara, o Partido Socialista dizia que se devia melhorar o orçamento e pagar a pronto pagamento, bem como colocar os pagamentos em dia, e o PSD acusava o PS de não perceber nada do assunto, que os vereadores do PS eram malucos no que diziam. Referiu que, passados tantos anos, o PS acabou por ter razão, frisando que, contudo, ao PS nem lhe interessa ter razão, mas sim que o Município esteja no bom caminho. -----

Disse considerar que o Sr. Presidente da Câmara não tem a capacidade de arranjar maneira para a autarquia ter organização e planeamento para captar investimento público, pelo que, para ser um político coerente com o seu Concelho, tem de dizer isto olhos nos olhos e não estar a escamotear esta questão, porque quer o melhor para o seu Concelho e que venha para ele o máximo possível de investimento público. -----



*Goulart*

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara para que arregace as mangas e ponha os projetos a andar, para se conseguir fazer, em 2021, o máximo de investimento público no concelho de Santa Maria da Feira, realçando que, para isso, o Sr. Presidente da Câmara pode contar com o apoio do maior partido da Oposição. Comentou que a Oposição até poderá mudar com as eleições que se avizinham, que serão os feirenses a escolher isso, mas que, independentemente do resultado das eleições, pode-se sempre contar com o PS para fazer investimento em Santa Maria da Feira e para melhorar a vida dos feirenses. Referiu que, entre tais investimentos, pode apontar o Eixo das Cortiças, o PEC – Parque Empresarial da Cortiça, o Centro Coordenador de Transportes, o parque das Guimbras, as ciclovias, entre outros, comentando que nem um skate park a Câmara conseguiu fazer no Concelho. -----

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara para que tire um bocadinho do orçamento e ponha essa capacidade de funcionar, para se investir no Concelho todo o dinheiro que for possível, para não se perder dinheiro por falta de capacidade para o investir, comentando que o Sr. Presidente da Câmara pode contar com o voto favorável do PS caso altere o orçamento com vista ao aumento de investimento em Santa Maria da Feira. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino informou que o grupo municipal do PS se iria abster em relação às alterações orçamentais em apreço por considerá-las de circunstância. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, dando nota que o orçamento municipal é um instrumento previsional, quer da receita quer da despesa, e que, obviamente, há situações que se alteram ao longo do ano. Referiu que, por muito boa previsão que se consiga fazer aquando da elaboração do orçamento, que acontece com largos meses de antecedência, há coisas que, no ano seguinte, vão mudando, dizendo haver áreas que se pensava que se ia gastar uma determinada verba, e não se gasta, bem como situações em que se acaba por gastar mais do que o previsto. -----

Disse estar em discussão uma pequeníssima alteração orçamental, de situações muito pequenas como a limpeza de jardins, acrescentando que, por exemplo, foi necessário fazer um reforço para a aquisição de bens e serviços durante a pandemia, dizendo considerar que a Câmara está preparada para dar a devida resposta no caso da situação da pandemia se agravar, mas que, caso haja um grande agravamento da situação, o stock existente terá de ser



reponderado. -----

Disse, de seguida, haver uma mentira que tem sido sucessivamente dita e que considera importante corrigir, realçando que a Câmara não tem 40 milhões de euros à disposição no banco, que era bom que tivesse, esclarecendo que quando se fala de uma transição de saldo de ano para ano, tal tem a ver com as regras orçamentais definidas na lei, dando nota que quando é lançado um concurso para fazer uma obra, demore ela dois ou três anos, a respetiva verba tem de estar cativa no Orçamento. -----

Referiu, como exemplo, que só três importantíssimas obras que estão no terreno implicam uma cativação de cerca 13 ou 14 milhões de euros, designadamente a instalação da iluminação pública a LED, com um custo de cerca de 6 milhões de euros, a construção do Arquivo Municipal, com um custo superior a 3 milhões de euros, assim como a construção da piscina de Canedo, que custa cerca de 4 milhões de euros, comentando que também podia falar das empreitadas das pavimentações das estradas, entre outras. Salientou que tais verbas transitam de ano para ano, que é isso que representa o saldo orçamental, reafirmando que seria excelente se a Câmara tivesse 40 milhões de euros disponíveis para investir, mas que não tem. Disse que a Câmara vai fazer um esforço de manutenção do investimento, realçando que, conforme falado, e bem, pelo membro Sérgio Cirino, o Município tem uma capacidade de projeto muito boa que está, neste momento, disponível no terreno, fazendo notar que o Município irá, obviamente, captar todos os fundos comunitários que conseguir. -----

Realçou que aqueles que não estão habituados a lidar com candidaturas a fundos comunitários podem desenvolver um raciocínio errado sobre os mesmos, o que é compreensível, explicando que os sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, que existem desde os anos 80, têm, normalmente, objetivos a atingir, e que foi elaborado um plano estratégico, ao nível da Área Metropolitana do Porto, tendo em conta aquilo que o quadro comunitário em vigor permite fazer. -----

Referiu que a Comissão Europeia retirou, por exemplo, o financiamento para as estradas porque considerou que Portugal já tinha estradas a mais, comentando que não concorda com isso porque entende que ainda há estradas que são necessárias fazer, e que o Eixo das Cortiças e a via Feira/Arouca são exemplo disso. -----

Reafirmou que cada quadro comunitário tem um conjunto de prioridades de investimento, e que os investimentos têm de se enquadrar nessas prioridades, dando nota que o quadro



comunitário atual é muito direcionado para o apoio à modernização e internacionalização das empresas, tendo ficado coisas muito pequenas para as autarquias, como uma pequeníssima fatia para a requalificação urbana, outra para a mobilidade e uma outra para uma componente social, nomeadamente para a inclusão social das crianças com dificuldades nas escolas, para o combate ao insucesso escolar, e coisas dessa natureza. -----

Disse que só foi possível apresentar candidaturas que estivessem enquadradas nessas três gavetas, como tecnicamente se costuma chamar, acrescentando que gostava muito que, no próximo quadro comunitário, surgissem outras gavetas que permitissem ao Município candidatar estradas, designadamente o Eixo das Cortiças, dando nota que o projeto de execução dessa obra está a ser finalizado e que a mesma vai custar cerca de 5 milhões de euros, e que, obviamente, será mais difícil fazê-la sem os fundos comunitários.-----

Referiu querer dar este esclarecimento porque, por vezes, pode-se entender que os fundos comunitários são à medida daquilo que se quer, quando não é assim, dizendo achar que esse é o grande erro dos fundos comunitários porque as necessidades de Santa Maria da Feira são diferentes das necessidades do Porto ou de Lisboa, ou de um município do Interior, seja ele Vinhais, Vimioso ou outro qualquer.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara questionou à Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, se queria dar algum esclarecimento adicional relativamente à alteração orçamental em apreço.-----

-----  
Usou da palavra a **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Helena Portela**, que disse apenas querer dar uma pequena nota mais técnica, comentando que, de resto, o Sr. Presidente da Câmara já havia dado todas as explicações.-----

Disse, em relação ao proferido pela deputada municipal Salomé Ventura, que é perfeitamente compreensível que, quando alguém não está em determinada área, não entenda devidamente as coisas, até porque a linguagem usada é muito técnica e não é de senso comum, comentando que incluir toda a lengalenga de que o reforço não é aplicado no social, não se adequa, de todo, na discussão em questão.-----

Referiu estar em causa uma questão técnica, explicando que quando é feita uma alteração orçamental vai-se sempre, em primeiro lugar, à mesma classificação funcional, e que foi isso que foi feito, salientando que quando há verba necessária numa área, passa-se para outra. -----

---



Disse, quanto à afirmação de que se estava a retirar à proteção civil, que a proteção civil tem muitas outras rubricas, que não tem só a rubrica em questão, reafirmando que o que acontece é que, na mesma área funcional, com a mesma classificação funcional, era preciso fazer afetações, e que foi feita essa afetação. -----

Referiu que um outro pormenor tem a ver com a plurianualidade, dizendo que essa questão está bem vincada na alteração orçamental em apreço porque uma das grandes alterações prende-se com a piscina de Canedo, cujo concurso ficou deserto, o que implica que a obra tenha de ser estendida no tempo e tenha de haver a respetiva orçamentação para anos seguintes, tal como já explicado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Reafirmou que o documento em apreço é eminentemente técnico, de afetação de rubricas, feito como a lei, muitas vezes, obriga, concluindo a sua intervenção por se disponibilizar para receber a deputada municipal Salomé Ventura, para lhe explicar mais detalhadamente a alteração orçamental em discussão, comentando achar que estar, neste momento, a dar essa explicação detalhada, seria fastidioso para as pessoas que estão a ouvir.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 34, IND: 1, PS: 2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva), 2 votos contra (BE) e 15 abstenções (PS: 13, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

*Saiu a deputada municipal Susana Ferreira da Silva.* -----

**9 – Derrama a cobrar no ano de 2021 (Exercício 2020)** -----

**10 – Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI – ano de imposto 2020**-----

**11 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2021)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da*



*Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 21 de setembro de 2020 – enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Relativamente a este tema, como vocês sabem, nós não entramos em populismos, muito menos neste tema, até porque estamos perfeitamente conscientes daquilo que é a realidade autárquica e da necessidade que as câmaras municipais têm deste dinheiro para desempenharem as suas funções. -----

Ainda mais na atualidade em que, tudo indica, as câmaras municipais serão um dos principais motores sociais no colmatar das dificuldades que se vão sentir fruto da pandemia, e até porque não podemos estar à espera daquilo que foi apelidado de bazuca de dinheiro que virá da União Europeia, que não sei se será assim uma bazuca tão grande como se faz crer, até porque será diluído ao longo de vários anos e, em percentagem daquilo que é o atual PIB português, não é assim tanto.-----

E se me permitem aqui uns parênteses, até as principais economias da União Europeia, elas próprias já começaram a injetar dinheiro, os Estados já começaram a injetar dinheiro nas suas próprias economias, e as previsões são de que esses países serão os menos afetados pela crise. Ora, esperava-se que cá se fizesse o mesmo, mas parece que a situação está a tardar e, por isso, seremos novamente os mais afetados pela crise e os últimos a sair da crise. -----

E quero com isto dizer que tenho assistido a outras assembleias municipais, aqui no distrito de Aveiro, e tenho visto os partidos, alguns deles da oposição, a congratularam-se por terem a taxa mínima de IRS no próximo ano, nos impostos, mas não têm a taxa mínima, por exemplo, do IMI, e aí já não falam. E isto porquê? Porque o IMI é um imposto que tem uma probabilidade muito grande de ser injusto. Apesar de ser uma das principais formas de receita das câmaras municipais, este imposto, principalmente como está atualmente, apesar destas benesses que há para as famílias numerosas, é um imposto que é tendencialmente injusto e que não cai sobre os rendimentos reais das pessoas.-----

Por isso nós defendemos que, apesar das perdas serem grandes, o IMI deve ter a taxa mínima e, por isso, iremos votar contra a taxa que o Município irá cobrar, apesar de saudarmos esta redução do imposto, e achamos que faz todo o sentido, principalmente, como referi há pouco, por ser um imposto que é tendencialmente injusto e porque vivemos uma situação, vivemos



não, vamos viver, agora está a começar, mas vamos viver períodos muito difíceis do ponto de vista social e do ponto de vista da economia, até na nossa região já se verificaram alguns despedimentos e algumas não renovações de contratos. -----

Depois, na questão da derrama, nós vamos votar a favor. Aliás, esta medida que a Câmara Municipal tem seguido nos últimos anos era uma das medidas que estava no nosso programa eleitoral, que era haver aqui uma diferenciação no imposto para empresas micro e pequenas, e até algumas médias empresas, mas, principalmente as micro e pequenas empresas que não têm uma receita muito grande, haver esta diferenciação com empresas que têm receitas muito grandes. Até porque este imposto recai sobre o lucro da própria empresa, e com esta diferenciação aquelas que são as empresas que vão ser mais afetadas, que são os cafés, o comércio local, terão aqui este desconto, digamos assim, no imposto. -----

Relativamente ao IRS, como referi há pouco, achamos que é o imposto mais justo porque é um imposto que recai sobre aquilo que é o rendimento das famílias, das pessoas e das famílias, e que, por exemplo, quem recebe o salário mínimo não paga este imposto. Por isso, parece-nos que este é o mais justo e que deveria ser aqui que as autarquias iriam buscar a sua principal fonte de receita, e não ao IMI. -----

O Sr. Vereador Délio Carquejo referiu, na reunião de Câmara, que era importante perceber esta percentagem do 1% dos micro e pequenos empresários, quanto é que representa no saldo final, digamos assim, desta cobrança do imposto da derrama. E reforçar aqui essa ideia, que, se calhar, era muito interessante porque permitia-nos, não a votação em si do imposto, mas ter uma noção mais profunda daquela que é a realidade do tecido empresarial do Município.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por aludir à derrama para dizer que o CDS-PP concorda com a discriminação positiva que é proposta porque a grande esmagadora maioria do tecido empresarial do Município é composta por pequenas e médias empresas, pelo que tudo o que for feito para aliviar a carga fiscal dessas empresas ajuda a sustentar os próprios negócios, a manter os postos de trabalho e a criar a possibilidade de desenvolvimento no Município. -----

Referiu compreender que se mantenha a aplicação da taxa máxima de derrama para as empresas de maior porte porque, recaindo sobre os lucros das mesmas, entende que devem

---





contribuir para o financiamento da atividade municipal e que a receita arrecadada possa ser canalizada para o desenvolvimento do Concelho.-----

Disse, em relação ao IMI, que é da opinião que o Município devia apostar na taxa mínima, mas que se congratula por já se estar a poder, neste mandato, descer essa taxa, dado já ser a segunda descida consecutiva. Referiu considerar que o Município está no bom caminho, dizendo que a quebra dessa receita vai obrigar a tomar outras opções, mas, ao mesmo tempo, vai fazer com que o Município seja cada vez mais competitivo para a fixação de famílias e para a aquisição de património no território.-----

Salientou, no respeitante ao IRS, que concorda com o Filipe Moreira quando este refere que é um dos impostos mais justos porque paga mais quem ganha mais, estando a classe social que tem mais dificuldades pura e simplesmente isenta desse imposto. Referiu que, por vezes, por pouco são atingidos escalões superiores de IRS e as pessoas acabam por sentir dificuldades, porque modifica completamente a sua realidade familiar, mas que essa é uma situação que o Governo central tem de ir ajustando.-----

Disse, em jeito de conclusão, que entende que o Município está no bom caminho no que refere à fixação da taxa máxima na participação sobre o IRS e, quanto ao IMI, que se congratula com as descidas que têm ocorrido dessa taxa e que espera que a mesma chegue à taxa mínima de 0,3%, tal como já acontece noutros municípios, comentando que isso pode parecer ser uma diminuição muito grande de receita para o Município, mas que acaba por ser um atrativo para a fixação no próprio território.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos referiu, em relação à derrama, que espera que continue a haver a discriminação positiva para os pequenos negócios, de forma a aliviar a carga contributiva destes, contribuindo para que possam sustentar os postos de trabalho e para que continuem ativos, reafirmando que o tecido comercial e industrial do Município é constituído por uma grande esmagadora maioria de pequenas e microempresas. --

-----

O membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: --

“Em relação à derrama somos da opinião que a Câmara Municipal, tendo em conta a atual situação de crise generalizada em vários setores, deveria ir mais longe. Nós observamos a aplicação de uma taxa reduzida de 1% para volumes de negócios que não ultrapassem os 150 mil euros, e bem, na nossa opinião, mas aquilo que o Bloco aqui deixa, em estilo de proposta,

-----



é que se reduza essa taxa precisamente para acautelar as perdas e prejuízos agravados, sobretudo, pelo período de confinamento.-----

Em relação à questão do IRS, nada temos a acrescentar.-----

Em questão de IMI, já na altura, aquando da baixa de 0,40 para 0,375, a Câmara se vangloriava como uma descida de taxa, a realidade é que, na altura, nós também já apontávamos o facto de os ganhos, para esse imposto, praticamente se manterem iguais, precisamente por causa da valorização patrimonial dos imóveis.-----

E a situação não vai alterar com esta descida para 0,365 e, portanto, nós temos defendido que é perfeitamente sustentável a descida da taxa de IMI para valores inferiores, tendo a taxa mínima como objetivo defendido pelo Bloco. Aliás, essas taxas reduzidas já acontecem em vários municípios do Distrito, por exemplo, pode procurar, e certamente conhecerá, o caso de Arouca, com 0,30, Sever do Vouga, 0,30, Mealhada, 0,30, entre outros. Portanto, ainda estamos longe daquilo que é ideal, e esta proposta, para além de tímida, não responde à crise criada pela Covid-19, numa altura em que as famílias perderam rendimentos, se deparam com o agravar de uma crise económica, a Câmara devia, no mínimo, ter baixado ainda mais a taxa de IMI. É uma descida bastante tímida que não responde às famílias.-----

É importante referir, também, que esta proposta é insuficiente porque continua a não utilizar uma série de mecanismos previstos no Código do IMI, como, por exemplo, a majoração nos prédios devolutos e degradados, que poderia incentivar à reabilitação, ou até a minoração de 20% nos imóveis que estão no mercado de arrendamento. Portanto, este último mecanismo ajudaria até a responder à falta de habitação no mercado de arrendamento a preços acessíveis que se nota no País e, também, em Santa Maria da Feira. Esta minoração seria não só o incentivar à colocação de mais habitações no mercado, mas também levaria a uma baixa das rendas praticadas, melhorando assim o acesso à habitação.-----

Portanto, a realidade é que chegámos aqui e temos uma tímida descida que, na verdade, não terá impactos absolutamente nenhuns, e nenhuma destas ferramentas que acabo de enunciar, do Código do IMI, consta da proposta aqui apresentada, e, por esse motivo, votaremos contra a proposta da Câmara Municipal.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por dizer que, em relação aos impostos municipais, se pode dizer que o PSD move-se, mas muito devagarinho, salientando que o



PSD sempre teve uma posição muito conservadora e sempre entendeu que os impostos só serviam para arrecadar receita, e que dizia sempre mal do PS quando este queria baixar os impostos municipais em alguns aspetos, mas que, felizmente, o PSD acabou por começar a baixar esses mesmos impostos. -----

Referiu que os impostos, apesar de terem como primeiro fundamento a receita, têm muitos mais objetivos para além da receita, e que isso se vê na derrama, por exemplo, quando se fixa uma taxa reduzida de 1% para as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, assim como se vê no IMI, com o desconto dado tendo em conta o número de filhos do agregado familiar. Disse que o PSD, inicialmente, optava sempre pela aplicação da taxa máxima e achava que todos deviam pagar o máximo, e, depois, lá foi descendo as taxas, mas sempre com um grande atraso face à realidade do País e, eventualmente, face àquilo que se reclamava no Concelho. -----

Salientou que, por exemplo, podia ser introduzido um fator de atratividade na derrama, como isentar as empresas que fixassem a sua sede no Concelho, pelo menos no ano dessa mudança, realçando que, apesar de poder não ser muito dinheiro, era uma participação simbólica que o Município dava, fazendo o empresário sentir-se agraciado por se instalar em Santa Maria da Feira. -----

Lembrou o caso da Holanda, dizendo que aquele país atraiu quase todas as empresas do PSI 20 porque, em termos fiscais, foi mais competitivo, acrescentando que, apesar da receita ser importante, o Município de Santa Maria da Feira também deveria pensar um pouco mais à frente e ser mais competitivo, caso contrário vai andar sempre a correr atrás do prejuízo. -----

Disse que também existem inúmeras introduções que podiam ser feitas ao IMI, salientando que, tal como referido pelo membro Pedro Alves, a taxa podia ser majorada para os prédios degradados, bem como haver uma isenção para quem recuperasse prédios e os colocasse no mercado de arrendamento, mesmo que localizados fora das ARU. Reforçou que os impostos têm muitos destes objetivos mas que, no Município de Santa Maria da Feira, apesar das contas boas que este tem, só importa a receita, acrescentando que o PS andou sempre a pedir uma baixa da taxa de IMI e, agora, ela vai baixando, mas que, se calhar, já devia ter chegado aos 0,35%. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse ficar preocupado com a filosofia aplicada pelo Sr. Presidente da Câmara no respeitante ao IRS, dado que este tem



*M*  
*E. António*

medo de baixar a participação sobre o IRS porque isso iria beneficiar mais os ricos, quando, ao baixar o IMI, o Sr. Presidente da Câmara também está a favorecer mais os ricos porque estes têm casas de 500 mil euros, quando os pobres têm casas de 50 mil euros, pelo que os ricos vão poupar mais no IMI e vão ter mais dinheiro para pagar uns jantares. Referiu que, portanto, a filosofia do Sr. Presidente da Câmara quanto ao IRS fica um bocadinho comprometida, ressaltando que, contudo, para o PS, tudo o que possa ajudar o pobre é sempre bem-vindo. -----

Disse que, no entendimento do grupo municipal do PS, a Câmara deveria ter mais agilidade mental para utilizar os impostos a favor dos feirenses, e que o poderia fazer introduzindo um fator diferenciador na derrama, para atrair o capital, assim como introduzir, no IMI, benefícios para quem quiser fazer a recuperação de edificado em Santa Maria da Feira. -----

No respeitante à participação sobre o IRS disse que, como já mencionou, o investimento público vai ser fundamental, pelo que, mantendo a coerência com essa ideia, o grupo municipal do PS está de acordo que se mantenha a participação de 5% no IRS. Realçou que, contudo, há uma questão que lhe assalta, questionando se os feirenses, tendo sempre os impostos nas taxas máximas, também têm os serviços prestados pela Câmara na taxa máxima de qualidade, designadamente os serviços da água, do saneamento, das escolas, das refeições, entre outros. Disse que, na sua opinião, não existe essa máxima qualidade no que refere aos serviços prestados pela Câmara, acrescentando que o grupo municipal do PS se iria abster em relação à participação do Município de 5% sobre o IRS porque, considerando que a receita é importante para promover o investimento público, também entende que a responsabilidade é muito maior quando se cobram as taxas máximas, pois também deve ser dado aos munícipes o máximo e a maior qualidade nos serviços. -----

Salientou que, em resumo, o grupo municipal do PS vai votar contra na derrama porque entende que faltam incentivos para as empresas, que vai votar a favor no IMI, apesar de entender que a descida dessa taxa pudesse ser maior, e que se vai abster em relação à participação sobre o IRS. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que o Sr. Presidente da Câmara está sempre a referir que é preciso ter responsabilidade e que a Câmara precisa ter receita para, depois, poder fazer os investimentos, dando nota, em relação a isso, que andou à procura de câmaras municipais do PSD e que encontrou o Presidente da Câmara de Ovar a dizer que



*[Handwritten signature]*

tem as contas fantásticas, que tem dinheiro para investir, que Ovar vai aproveitar tudo, quando, no respeitante aos impostos municipais, Ovar tem uma taxa de derrama de 0%, tem uma taxa de IMI de 0,35% e uma participação de 2% sobre o IRS. Questionou se será preciso ir pedir umas explicações ao Presidente da Câmara de Ovar, ou se será ele que está errado e o Município de Santa Maria da Feira é que está certo, dizendo deixar esse desafio ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----  
Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que, em relação aos pontos em discussão, queria tecer alguns comentários, desde logo manifestar a anuência do grupo municipal do PSD às propostas apresentadas pelo Executivo Permanente. -----

Referiu, em relação à derrama, que viu posições completamente diferentes entre aquilo que é o Partido Socialista na Câmara e aquilo que é nesta Assembleia, dizendo não poder aceitar, de todo, a postura dos vereadores do PS na reunião camarária quando justificam a sua rejeição da proposta relativa à derrama pela falta de informação. Disse que o Executivo Permanente não pode, obviamente, estar a fazer toda a papinha aos vereadores do PS, frisando que estes têm de fazer o seu trabalho até porque toda a informação que alegam não possuir consta nos diversos relatórios e contas dos anos transatos. Referiu que, portanto, os vereadores do PS, fazendo esse trabalho de pesquisa, têm toda a informação que necessitam, pelo que estarem a dizer que não têm essa informação é completamente falso. -----

Salientou, sobre a posição manifestada pelo membro Sérgio Cirino em relação à derrama, que queria recordar que existem várias políticas municipais para a captação de investimento, nomeadamente o serviço Via Verde Empresas, as isenções de taxas de urbanização para quem se instala nas zonas industriais, bem como todo um conjunto de apoios que é prestado pelo Gabinete de Apoio ao Empresário, frisando ser esta a política municipal. -----

Referiu, em relação ao proferido pelo membro Pedro Alves quanto à derrama, saber que a Esquerda é sempre contra as grandes empresas e que queria uma taxa ainda mais elevada para tais empresas, salientando, sobre essa questão, que não é por aí que se consegue desenvolvimento, que o que é preciso é, efetivamente, criar condições tanto para as empresas que já se localizam no Concelho como para aquelas que se pretendem instalar em Santa Maria da Feira. -----

Disse, relativamente à taxa de IMI, que o grupo municipal do PSD iria acompanhar a postura



do Executivo Permanente porque, apesar da perda de receita que representa a descida da taxa de IMI, concorda com tal esforço financeiro, realçando que este esforço só é possível devido ao rigor que a Câmara foi implementando, nos últimos anos, nas contas municipais.-----

Recordou que já havia sido aprovada uma redução da taxa de IMI em 2018, e que, com a redução a ser aprovada nesta sessão, o Município terá uma perda de receita entre os 600 e 700 mil euros, mas que o grupo municipal do PSD entende que essa postura do Executivo Permanente, sendo arrojada, é correta para com os feirenses porque, nesta altura de pandemia, é um dos esforços que o Município deve fazer. -----

Disse, em relação à afirmação que ouviu de que o IMI é um imposto cego, que não é cego porque, como disse o membro Sérgio Cirino, quem ganha o salário mínimo não pode ter uma habitação de meio milhão de euros, pelo que, portanto, quem tem habitações mais caras paga mais.-----

Sobre a afirmação do membro Pedro Alves de que, apesar da descida da taxa do IMI em 2018, constatou-se um aumento da receita através da valorização do património, disse que isso não é verdade porque não houve, desde 2012, nenhuma reavaliação patrimonial. Realçou que o que acontece é que existem mais habitações no Concelho, porque este continua a ser um local aprazível para se viver, comentando que, neste momento, se está a assistir a uma proliferação das edificações no Concelho, pelo que ter mais habitações significa ter mais receita, ressaltando que isso é totalmente diferente do que se dizer que o aumento da receita é devido à valorização das habitações existentes. -----

Disse que o Município de Santa Maria da Feira não necessita, felizmente, de fazer o mesmo sacrifício que fazem os concelhos que foram citados, nomeadamente Arouca, Castelo de Paiva e outros ainda mais interiores, os quais precisam, esses sim, de fazer um esforço adicional por causa da desertificação a que estão a assistir. -----

Referiu também querer dizer ao membro Sérgio Cirino que o Executivo Permanente não enche o peito de ar para manifestar as suas concretizações, ao contrário do Governo que o faz mesmo quando, muitas vezes, não concretiza as intenções, acrescentando que o certo é que o Executivo Permanente, no último mandato e no anterior, fez diversas propostas aos feirenses que, paulatinamente e sem muito show-off, vai cumprindo.-----

Salientou que a descida da taxa de IMI é uma das medidas que, efetivamente, os feirenses mais sentem, realçando que a descida não é, obviamente, aquela que o Executivo Permanente



queria, mas que este também tem de ser ponderado e racional porque tal receita é fundamental porque é com esse dinheiro que o Município consegue proporcionar os apoios sociais, o apoio à educação e todos os demais serviços públicos, frisando que se o Município abdicar de receita não pode proporcionar aos feirenses aquilo que está a proporcionar. -----

Em relação à participação sobre o IRS disse que a proposta apresentada pelo Executivo Permanente é a mesma da apresentada em 2019, dando nota que a posição do grupo municipal do PSD sobre a mesma também se iria manter. -----

Disse querer deixar uma nota relativamente aos investimentos municipais que foram frisados nas intervenções antecedentes, dizendo não acreditar que haja alguém no Concelho que queira tanto investimentos municipais como o Executivo Permanente, acrescentando que, contudo, são conhecidos os procedimentos que são necessários bem como todo o conjunto de dificuldades que tais processos enfrentam. -----

Sobre a afirmação de que existe um excedente de 40 milhões de euros disse não se poder estar a insistir nem a perder tempo nas sessões desta Assembleia a dar, continuamente, as mesmas explicações, comentando que essa questão é levantada, no mínimo, duas vezes por ano, designadamente nas sessões em que se discute as Contas e o Orçamento municipal. Sobre essa situação disse que ou alguém tem restrições na sua capacidade de compreensão, coisa que duvida, ou, então, quer fazer ruído político e não compreender a explicação que é dada, de que os referidos 40 milhões de euros estão consignados, estão destinados a investimentos da Câmara. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro disse que, felizmente, as últimas sessões da Assembleia têm vindo a ser transmitidas na internet, através do Facebook, pelo que espera que muitos feirenses sigam essas transmissões e ouçam as explicações dadas, comentando que os feirenses, desde sempre, manifestaram ser pessoas esclarecidas e que percebem o que é o trabalho que efetivamente é feito e o que é o ruído político. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que nem iria dar resposta ao facto de ter sido colocada em causa a capacidade de compreensão dos membros do BE, por entender que nem valeria a pena fazê-lo. -----

Disse que, ainda assim, gostaria de esclarecer o membro Rui Ribeiro relativamente à proposta do BE sobre a derrama, pois ficou com a ideia de que o mesmo a percebeu mal. Explicou que

---



H#  
Carla Costa  
S.

a proposta seria, na questão da taxa reduzida de derrama para empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, que esse volume de negócios fosse inferior, portanto, até 100 mil euros ou até inferior a isso. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Salomé Ventura disse querer deixar bem claro qual é a proposta do BE, até porque o membro Rui Ribeiro não a havia interpretado corretamente. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes. Começou por dizer que se congratula por ver que existe um certo consenso em torno das decisões do Município, dizendo ter ficado muito agradavelmente surpreendido com a generalidade das posições transmitidas. -----

Referiu, em relação à questão colocada pelo membro Filipe Moreira sobre a possibilidade de distinguir a receita da derrama dos pequenos negócios da dos grandes negócios, que os impostos não são cobrados pelo Município, que são cobrados pelas Finanças, informando que a respetiva verba é transferida para o Município por inteiro, pelo que não se consegue fazer essa distinção. Disse julgar ser impossível perceber de onde vem a verba porque, na maior parte das vezes, o Município nem sequer tem a informação que lhe permita avaliar quem paga e quem deixa de pagar, comentando que até se pode julgar que uma empresa está a pagar impostos em Santa Maria da Feira e ela ter a sede noutra sítio, ressaltando que, muitas vezes, nem isso se consegue saber. -----

Em relação ao falado pelos membros do BE sobre a derrama para os pequenos negócios, referiu que a derrama é um imposto que incide sobre os lucros e que o sistema democrático assenta neste modelo, ou seja, no imposto como sendo a forma de financiamento do Estado, para que este possa fazer as obras que lhe compete, seja nas escolas, seja nas estradas, seja nos investimentos relacionados com o ambiente, com a cultura, com o desporto, entre outras. Fez notar que o Estado Social tem um conjunto de funções que lhe são atribuídas e que é preciso ir buscar o dinheiro a algum lado, porque não há milagres e o dinheiro não cai do céu, salientando que todo o dinheiro que a Câmara, ou o Governo central, usa para desempenhar as suas funções é dinheiro dos portugueses que é cobrado através dos impostos, comentando que se não fosse esse conjunto de receitas a Câmara não poderia dar resposta às várias solicitações que tem. -----





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Disse também ter registado com agrado a intervenção feita pelo membro Sérgio Cirino, salientando que aprecia muito as intervenções que este membro faz porque são sempre muito ponderadas. Referiu, quanto à sugestão feita pelo membro Sérgio Cirino a respeito da derrama, que tem sérias dúvidas se é possível conceder isenção às empresas que se mudem para Santa Maria da Feira. Disse que o grande problema fiscal da União Europeia é precisamente aquele que o membro Sérgio Cirino abordou, ou seja, as grandes empresas e os grandes grupos, apesar de terem os seus negócios em território nacional, terem as suas sedes na Holanda, principalmente, onde há um regime fiscal muito mais atrativo. -----  
Fez notar que, até no que respeita a Santa Maria da Feira, tem reclamado muitas vezes por causa da atuação da autoridade fiscal, que leva a que muitas empresas mudem a sua sede fiscal de Santa Maria da Feira para outros municípios vizinhos, ou até para Lisboa, e, depois, como continuam a ter as fábricas a operar no território de Santa Maria da Feira, os camiões continuam a estragar as estradas do Concelho, entre outras situações. Frisou que essa é uma questão que lhe preocupa, mas que, infelizmente, não tem ferramentas, enquanto Presidente de Câmara, que não seja a de alertar para essa situação. -----  
Prosseguindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara, aludindo ao proferido pelo membro Sérgio Cirino a respeito do IMI, disse que o IMI é a receita do Município, comentando que estaria plenamente de acordo com o membro Sérgio Cirino caso a estrutura de receita municipal fosse diferente. Disse que a situação do País está mesmo mal, que Portugal é um país de pobres onde, hoje, já se considera rico alguém que tem uma casa de 500 mil euros ou alguém que ganha 2.000 ou 2.500 euros, ressaltando que essas pessoas continuam a ser pobres porque o custo de vida leva a que a situação seja extremamente difícil. Disse que aqueles que ganham um salário ainda mais baixo não terão o mesmo entendimento, mas que o facto é que Portugal está pobre, tem um PIB dos mais baixos da Europa, dando nota que, se se considerar por regiões, a zona Norte de Portugal é a que tem o segundo PIB mais baixo da Europa, pelo que considera que é preciso repensar tudo. -----  
Relativamente a se o Município terá a taxa máxima no que refere aos serviços que presta, disse julgar que sim, comentando que, apesar de haver quem não concorde com isso, lhe apraz muito registar que, no Município, os serviços de educação, os serviços de ação social, os serviços ambientais, os serviços básicos e as infraestruturas são muito razoáveis, dizendo considerar que Santa Maria da Feira é um município que, hoje, no que diz respeito à oferta



*[Handwritten signature]*

pública, tem serviços do melhor que há no País e é um município extraordinariamente atrativo. -----

Sobre as diferentes taxas aplicadas nos diferentes municípios disse que as realidades são diferentes, comentando haver municípios que, mesmo aplicando uma taxa de 0,3% no IMI, não atraem pessoas, enquanto há outros municípios que nadam em dinheiro. -----

Disse defender que a Lei das Finanças Locais deve ser revista porque, hoje, há municípios com grande concentração urbana que não sabem onde gastar o dinheiro, comentando que, ainda há dias, viu a notícia de que o Porto atingiu uma taxa de endividamento zero e que, por força do IMI, tem muito dinheiro, acrescentando que enquanto um prédio vale, em Santa Maria da Feira, 100 mil euros, no Porto vale 10 vezes mais, ou mais até, pelo que o Porto pode fixar a taxa mínima porque, no final, o volume de receita que tem é muito superior. Realçou que, para além disso, o Porto tem uma área de 44 km<sup>2</sup> enquanto Santa Maria da Feira tem 215 Km<sup>2</sup>, pelo que Santa Maria da Feira tem uma área brutal para cobrir com serviços públicos quando, no Porto, a construção de 1 Km de rede de esgotos ou de rede elétrica serve para abastecer 1.000 ou 2.000 casas. -----

Reafirmou que as realidades são diferentes e que a Lei das Finanças Locais precisa ser revista porque existem municípios que, por terem grande densidade populacional, têm grandes receitas e nem sabem onde as gastar, enquanto outros, como o de Santa Maria da Feira e outros de dimensão semelhante, localizados nas periferias desses grandes centros urbanos, têm muita dificuldade porque têm muita despesa, muita infraestrutura, e o nível de receita que têm nem se compara com o desses municípios. -----

Concluindo a sua intervenção disse, a respeito da referência feita ao seu colega Presidente da Câmara de Ovar, que lhe apraz essa referência porque o mesmo é um excelente autarca e tem feito um excelente trabalho, realçando que ele o faz em Ovar e, em Santa Maria da Feira, o Executivo Permanente também procura fazer o melhor possível. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou não se ter apercebido, em tempo oportuno, do pedido feito pelo membro Daniel Gomes para intervir, pelo que lhe iria, agora, passar a palavra. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que aquilo que os vereadores



do PS referiram a propósito da falta de informação em relação à derrama não é mentira, realçando, nesse âmbito, que tanto nos relatórios e contas como no documento onde estão discriminadas todas as rubricas, não é feita a separação do volume da receita que o Município arrecada, em termos de derrama, dos dois escalões existentes. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara acabou por explicar essa situação e reconhecer que o próprio Executivo Permanente não saberá quanto é que arrecada de cada um desses escalões, salientando que essa informação poderia ser pertinente porque, de facto, como disseram os vereadores do PS na última reunião da Câmara, poder-se-ia dar o caso de até fazer sentido, por exemplo, anular a taxa de derrama para esse escalão mais baixo e isso poder ser um benefício reputacional para o Município, em termos de atração de investimento. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, de qualquer das formas, como o próprio Executivo Permanente não saberá quanto é que recebe especificamente dessas empresas que têm um volume de negócios até 150 mil euros, então, se calhar, a prudência manda que não se tome uma decisão às cegas, sem se saber quais serão os resultados daí decorrentes. -----

-----  
Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*9 – Derrama a cobrar no ano de 2021 (Exercício 2020) -----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 33, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), 12 votos contra (PS) e 4 abstenções (BE: 2, PS: 2 – Valdemar Silva e Francisco Andrade), autorizar a Câmara Municipal a lançar uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. -----

Deliberou também, sob proposta da Câmara Municipal, lançar uma taxa reduzida de derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €. -----

-----  
*10 – Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI – ano de imposto 2020 -----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, IND: 1), 3 votos contra (BE: 2, CDU: 1) e 1 abstenção (CDS-PP), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, para prédios urbanos, em

---



0,365%.-----

Deliberou, também, minorar em 30% (máximo legalmente previsto) a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada no mapa que instrui o processo – que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – e que corresponde à área situada a menos de 1200 metros dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que assume-se como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do Concelho. -----

Deliberou, ainda, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos seguintes termos: -----

1 dependente: 20,00 €; -----

2 dependentes: 40,00 €; -----

3 ou mais dependentes: 70,00 €. -----

*11 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2021)* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 33, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PS: 2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva) e 13 abstenções (PS), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a participação do Município de 5% sobre o IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal na respetiva circunscrição territorial. -----

**12 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2021**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----



Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.-----

**13 – Atribuição de apoio à Freguesia de Fiães** -----

**- Obras de requalificação, adaptação de edifício para instalação da sede da Junta de Freguesia** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), autorizar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a atribuição, à Freguesia de Fiães, de um apoio financeiro de 50% do valor das obras, até ao valor máximo de 178.491,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura apresentada, até perfazer o valor máximo do apoio.-----

Deliberou, também, que a entidade apoiada não poderá usufruir de novos apoios, com o mesmo âmbito, pelo período de oito anos a contar da data da deliberação que concede o apoio.-----

Deliberou, ainda, que este apoio deverá ser refletido nos relatórios semestrais.-----

**14 – Atribuição de apoio à Freguesia de Fornos** -----

**- Obras no edifício da sede da Junta de Freguesia**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), autorizar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a atribuição, à Freguesia de Fornos, de um apoio financeiro de 50% do valor das obras, até ao valor máximo de 76.242,85 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura apresentada, até perfazer o valor máximo do apoio.-----

Deliberou, também, que a entidade apoiada não poderá usufruir de novos apoios, com o mesmo âmbito, pelo período de oito anos a contar da data da deliberação que concede o apoio.-----

Deliberou, ainda, que este apoio deverá ser refletido nos relatórios semestrais.-----

**15 – Atribuição de apoio à União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo**-----

**- Construção da capela mortuária de Sanfins**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), autorizar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a atribuição, à União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, de um apoio financeiro para a obra em apreço no valor máximo de 30.794,44 €, cujo pagamento será feito na proporção de 25% do valor de cada fatura apresentada, até perfazer o valor máximo do apoio.-----

Deliberou, também, que a entidade apoiada não poderá usufruir de novos apoios, com o



mesmo âmbito, pelo período de oito anos a contar da data da deliberação que concede o apoio.-----

Deliberou, ainda, que este apoio deverá ser refletido nos relatórios semestrais.-----

**16 – Constituição de direito de superfície a favor da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a constituição do direito de superfície em epígrafe, a incidir sobre o prédio urbano (parcela de terreno) situado no lugar da Sé/Caldelas, na Avenida da Igreja, em Caldas de São Jorge, deste Concelho, com a área de 1.047,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros sob o artigo 2100, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira sob o n.º 1994/ de Caldas de São Jorge. -----

*Sairam os membros Rui Ribeiro, José Castro e Luís André Santos.* -----

**17 – Política cultural e apoio aos agentes culturais do Concelho (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa subscrita pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, do grupo municipal do BE, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 10.300, em 16 de setembro de 2020. Fez ainda alusão à proposta que instrui o assunto, que igualmente foi distribuída, oportunamente, aos



membros da Assembleia Municipal, passando, de seguida, a palavra ao membro Pedro Alves Ferreira para que fizesse a apresentação da mesma. -----

Usou da palavra o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que apresentou e explanou a proposta em referência, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O setor cultural foi dos primeiros a ser afetado pela pandemia de Covid-19. Os espetáculos foram cancelados, os museus fechados e os cinemas encerrados. Ainda antes da declaração do Estado de Emergência, já muitas autarquias e outras instituições, no seguimento das orientações das autoridades de saúde para o afastamento social, tomavam a decisão de encerrar equipamentos e cancelar atividades culturais.-----

Num setor onde a precariedade laboral é a regra e rotina, e as estruturas de produção são tipicamente de micro e pequena dimensão, a desproteção dos trabalhadores é total. A inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos para o setor revela-se particularmente penalizadora neste momento de crise.-----

Infelizmente, o concelho de Santa Maria da Feira não é exceção. Por todo o concelho existem artistas, companhias e associações que viram as suas fontes de rendimento abruptamente eliminadas pela pandemia.-----

O cancelamento de todos os espetáculos agendados, do Imaginarius e da Viagem Medieval configuram uma perda de rendimentos brutal para os artistas e intervenientes desses eventos.--

Salvaguardar esses agentes culturais deve ser um desígnio da autarquia. Não podemos acenar com prémios ou reconhecimentos internacionais quando está tudo bem e depois, perante a maior crise de saúde pública dos nossos tempos, deixar sem qualquer tipo de apoio aqueles e aquelas que fazem a cultura no nosso concelho.-----

Porém, e convém salientar, este não é um problema de agora. Todos os anos centenas de jovens criadores radicam-se em distritos vizinhos à procura de melhores condições laborais porque continuam a ver o seu valor esquecido por esta Câmara Municipal e ser as principais vítimas de estratégias de marketing, como é, por exemplo, o caso do Cultur#ACT.-----

A FARSA DO CULTUR#ACT-----

Este programa anunciado pela Câmara Municipal como um apoio aos artistas não tem qualquer objetivo social como tanto apregoou o município. Este é um programa que dá primazia a criações que evidenciem o património cultural do concelho e plasmem uma





sensação de continuidade de programação em vez de apoiar projetos previamente criados que, não fosse a situação pandémica, estariam a ser levados a cena dentro ou fora do município. ---  
O Cultur#ACT, por colocar valores pré-definidos para a programação e dar primazia, em algumas secções, a criações originais, aproveita o momento de crise do setor artístico para comprar projetos a valores convenientes e a preço de saldo para o município.-----

Na categoria E, por exemplo, esses valores situam-se nos 300 € por apresentação, sendo que este é ainda dividido pelos vários participantes. O Bloco de Esquerda repudia tal atitude oportunista que visa lucrar com o trabalho dos agentes culturais em Santa Maria da Feira, principalmente numa altura de tamanha fragilidade. -----

Esta iniciativa é, portanto, uma troca comercial de maior proveito para o município em vez de, como enunciado pela câmara, uma medida de apoio aos artistas. -----

#### BAIXAS EXECUÇÕES -----

Inserido no PAPC (Programa de Apoio a Projetos Culturais) foi criado o programa PAC - Programa de Apoio à Cultura com uma verba de 50 mil euros para a realização de projetos culturais de pessoas coletivas a serem apresentados entre setembro e outubro. -----

Das 35 vagas, esta medida contou apenas com 8 candidaturas, todas elas aprovadas, e que perfizeram um valor total de 20 mil euros do projeto. Assim é possível observar que a execução orçamental deste programa apenas foi de 40% do valor anunciado. Já no orçamento para o Cultur#ACT, existiram 8 candidaturas elegíveis que não foram aceites para programação. -----

Tal leva a concluir que a distribuição monetária destes programas foi mal realizada, denotando que a autarquia ou tem um fraco conhecimento da realidade do tecido cultural do município ou que os valores atribuídos para este programa são insuficientes.-----

Quando analisamos os valores totais dos dois programas anunciados pela Câmara Municipal (Cultur#ACT e PAC) dos 100 mil euros anunciados, foram investidos apenas 52.000 € sobrando 48 mil euros, ou seja, quase metade do valor anunciado. -----

Perante isto, torna-se evidente que os valores não investidos não são fruto da falta de interesse do tecido artístico, mas sim da má gestão e fraco conhecimento do espetro artístico do concelho por parte do poder local.-----

#### O BLOCO PROPÕE -----

Esta é a altura de mudar isso. E para mudar é necessário alocar uma verba digna capaz de



auxiliar os artistas a título pessoal e as companhias e reforçar os mecanismos existentes de fomento à produção cultural em Santa Maria da Feira. -----

Perante a visível inoperância da Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda pretende assim elencar várias medidas excecionais de apoio à cultura. -----

Investir agora nesses agentes culturais é investir no futuro da cultura no concelho. Garantir a sustentabilidade dos projetos é garantir que sairemos disto reforçados e com a perspetiva de melhores dias. Deve ser, por isso, um desígnio deste executivo o investimento na Cultura. ----

Estas são medidas que dão um passo no sentido certo. Não só garantem a proteção dos agentes culturais, como também garantem que no futuro podemos contar com esses agentes culturais. Está na hora de passar do marketing à ação, e a cultura não pode ficar à espera porque os artistas não sobrevivem com os prémios anunciados pela Câmara Municipal.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, delibera:-----

1. Garantir o reagendamento da programação, adaptando o rácio existente bilheteira/cachet de forma a salvaguardar os interesses dos artistas perante a imprevisibilidade de afluência de público; -----

2. Aumentar participação para 100% das produções culturais incluídas no Programa de Apoio a Projetos Culturais (PAPC), em casos de incapacidade do artista ou associação em garantir o financiamento a 50% atualmente existente; -----

3. Proceder a um levantamento dos espaços utilizados pelos artistas e pelas companhias em Santa Maria da Feira de modo a que, no caso daqueles que não garantam as condições de segurança durante a pandemia, o executivo possa disponibilizar imóveis da autarquia de maior dimensão para que possam continuar a criar conteúdo; -----

4. Promoção de projetos educativos comunitários permanentes como forma de criação de público assíduo; -----

5. Cedência de espaços municipais sem utilização para a programação independente de artistas, coletivos ou direções programáticas;-----

6. Criação de uma companhia, coletivo ou de uma direção artística independente, somente focada para a programação de um evento ou espaço;-----

7. Plano de resposta para atenuar as consequências do cancelamento do Festival Imaginarius e Viagem Medieval.” -----



De seguida interveio, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, *Gil Ferreira*, para dar os devidos esclarecimentos relativamente à matéria em apreço, o qual começou por dizer que, antes de responder aos 7 pontos da proposta, gostaria de fazer algumas considerações ao preâmbulo e a algumas afirmações que são feitas na própria proposta. -----

Disse parecer-lhe que, além do tacitismo político-partidário, há, no documento, algum equívoco ou, eventualmente, algum treino de política nacional a nível local, comentando ter pena que o principal subscritor da proposta, o membro Moisés Ferreira, não esteja a participar nesta sessão da Assembleia para poder ouvir aquilo que tem a partilhar com todos os ouvintes. Referiu que, na realidade, a precariedade do setor é transversal e decorre, sobretudo, de uma ausência de política estratégica na área da Cultura, que vem a ser notória ao longo de muitos anos, em sucessivos governos, comentando que essa ausência não é alheia ao atual Governo que é apoiado e suportado pelo Bloco de Esquerda, numa ausência total de recursos fundamentais, nomeadamente o estatuto do artista e dos profissionais das artes do espetáculo, que disse ser um instrumento fundamental de uma política cultural.-----

Salientou não ser verdade que os espetáculos do Imaginarius foram cancelados porque não o foram, dando nota que foram reagendados e que essa decisão política foi tomada e comunicada ainda antes do decreto-lei que permitia que os espetáculos fossem reagendados, acrescentando que muitas das companhias, aliás, já liquidaram os 50% do valor do cachet a que têm direito pelo reagendamento.-----

Disse que outra questão que consta da proposta e que gostava de clarificar prende-se com a afirmação de que centenas de jovens criadores se radicam em concelhos vizinhos. Referiu que, na factualidade, estão mapeados pelo pelouro da Cultura 285 agentes culturais, pelo que questionava como se podem radicar em concelhos vizinhos, todos os anos, centenas de jovens criadores num universo de 285. Salientou que se o membro Pedro Alves, do BE, que explanou a proposta, lhe conseguir nomear 10 agentes que sejam que se tenham radicado em concelhos vizinhos nos últimos tempos, então que ele próprio lhe daria um prémio, não daqueles que o pelouro da Cultura conquistou, nacionais e internacionais, mas um prémio local.-----

Disse querer sublinhar que todos os projetos foram reagendados, não só os relativos aos grandes eventos, particularmente ao Imaginarius, que compete à tutela do pelouro da Cultura, mas também os projetos a realizar na Biblioteca, nos Museus e no Teatro Municipal. -----



Sobre os 7 pontos que constam da proposta referiu, em relação ao primeiro, respeitante à adaptação do rácio de bilheteira em função do cachet dos artistas, que essa é uma questão que não se coloca no município de Santa Maria da Feira porque todos os artistas recebem um cachet fixo. Disse poder haver, eventualmente, um caso pontual, numa situação muito específica, em que possa haver um acordo de bilheteira, mas que diria que 90 a 95% dos elementos de programação do Município têm por base cachets fixos, pelo que o Município não necessita de implementar essa política. -----

Referiu que, quanto ao segundo ponto, deve haver alguma confusão quanto ao mesmo porque o mencionado Programa de Apoio a Projetos Culturais se extinguiu em 2020, dando nota que, inclusivamente, o mesmo já foi liquidado, acrescentando que para mitigar as dificuldades das próprias associações e dos agentes na execução dos projetos não será necessário aumentar a percentagem do valor para 100% porque foi presente tanto à Câmara como a esta Assembleia, na sua sessão de abril de 2020, cinco medidas de apoio à cultura que já previam não só o reagendamento dos espetáculos, como a adaptação dos projetos face às condições da crise pandémica e as questões orçamentais. -----

Disse verificar que há alguma confusão entre o Programa de Apoio à Cultura, o Programa de Apoio a Projetos Culturais e também em relação ao Cultur#ACT, informando que este último não é programa nenhum, mas sim uma bolsa de contratação de projetos exclusiva para artistas locais, dizendo que foi sempre assim anunciado e que é assim que está descrito no site do Município, no endereço [www.cm-feira.pt/cultura](http://www.cm-feira.pt/cultura), onde pode ser consultado. Informou que foram os próprios artistas locais que, em duas reuniões, realizadas em 20 e 21 de maio e que estão registadas em ata, referiram que não queriam apoios, que não queriam subsídios, mas sim que queriam trabalho, e que foi nessa sequência que a Câmara abriu uma bolsa de contratação. -----

Referiu, em relação ao terceiro ponto, que todos os espaços que o Município dispunha já estão cedidos a associações, companhias e artistas independentes, comentando não ser por acaso que o Município tem de, inclusive, alugar espaços para os seus próprios serviços, e que o faz não porque tenha espaços a mais, mas porque necessita deles. -----

Em relação ao quarto ponto, sobre o projeto de desenvolvimento de públicos, informou que o Município tem, desde 2017, um técnico específico a trabalhar na área do desenvolvimento de públicos, comentando ser o primeiro município a ter um técnico superior a trabalhar



*[Handwritten signature]*

especificamente nessa área. Disse que, portanto, os proponentes da proposta não conhecerão, certamente, os diversos programas de literacia e de extensão cultural que estão a ser implementados, particularmente na Biblioteca Municipal, nos Museus e, também, nas ações de mediação do Teatro Municipal e do Imaginarius Centro de Criação, caso contrário não fariam esta proposta.-----

Em relação ao ponto quinto disse que, como já mencionou, não existem espaços municipais sem utilização.-----

Sobre o sexto ponto da proposta disse não ser função do Município criar companhias nem se ingerir na própria criação artística, realçando que, na realidade, a competência do Município é gerir políticas públicas e afetar recursos para que se concretizem projetos de desenvolvimento social, cultural, económico, e não andar a criar companhias.-----

Quanto ao sétimo ponto disse admitir que seja necessário criar e desenvolver um plano de resposta, em virtude das perdas decorrentes da não realização dos grandes eventos. Salientou que, contudo, esse plano de resposta não é apenas para os artistas, que é para um setor muito mais alargado porque os grandes eventos impactam não apenas na vida dos agentes culturais e dos artistas, mas também na restauração e na hotelaria, assim como em outras áreas da cadeia de valor das artes do espetáculo, como a carpintaria, a cenografia, as questões logísticas e um manancial de outras atividades. Disse admitir que se as condições da pandemia se mantiverem e se os eventos de Santa Maria da Feira tiverem de ser reconfigurados em grande parte, então que é preciso pensar num plano para as perdas que vão ser visíveis.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Vereador Gil Ferreira disse serem estes os esclarecimentos que, enquanto tutela do pelouro da Cultura, queria deixar a esta Assembleia, referindo ainda que lamenta que o Bloco de Esquerda, em exceção, não tenha acedido ao convite, nem sequer dado resposta ao mesmo, para participar na produção de um documento estruturante da política cultural municipal, o Programa de Apoio à Cultura, dizendo que todas as restantes forças político-partidárias participaram e viram as suas ideias serem plasmadas no Programa. -

-----  
O membro **Filipe Moreira** (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“O panorama nacional é conhecido e está amplamente divulgado naquilo que diz respeito à classe dos artistas, se pudermos considerar uma profissão, apesar da amplitude do termo artista, ou melhor, das profissões, para ser mais exato, de artista, são precárias, são



essencialmente precárias e, por isso, foram os mais afetados, ou dos mais afetados com esta situação. -----

Nós apoiámos algumas destas questões que o Bloco de Esquerda apresenta, nomeadamente o ponto 7, mas há outras que não apoiamos, nomeadamente a questão da bilheteira. Dependem o cachet de um espetáculo apenas da bilheteira, imagine-se que a Câmara Municipal, que é o principal agente publicitário, no fundo, da atividade cultural no Município, não fazia publicidade a um evento. Esse evento não iria ter bilheteira, então, à partida, esse artista seria prejudicado em comparação com outros artistas cujo espetáculo, por exemplo, tivesse uma maior publicidade. -----

Por isso, há aqui alguns aspetos que não concordamos, mas compreendemos a apresentação deste documento, a discussão deste ponto, e achamos que é efetivamente necessário, não só no Município, mas a nível nacional, que se faça muito mais pelos artistas, até porque esta precariedade que se assiste na classe dos artistas não afeta, depois, só os artistas em si, afeta toda uma economia que gira à volta da Cultura, nomeadamente os técnicos de som, as empresas de logística, e tudo o resto. -----

Mesmo para finalizar, o repto que deixo aqui à Câmara Municipal é que, não nos reagendamentos, porque isso não pode ser, foram reagendamentos e os artistas vão-se manter, mas que na planificação da atividade cultural do próximo ano, nomeadamente do Cineteatro António Lamoso, dê preferência àqueles que são os artistas locais. Não porque os artistas dos outros municípios não tenham qualidade, e não é aqui criar uma questão até de discriminação, até com artistas de calibre nacional ou internacional, que também os temos no Município, mas porque esses artistas que são mais conhecidos a nível nacional, e alguns até a nível internacional, têm outras formas de subsistência que os artistas locais não têm. -----

E, daí, deixar este repto à Câmara Municipal, que nos programas para o próximo ano e até para 2022, que dê primazia aos artistas locais, também para promover os próprios artistas e a marca dos artistas, e criar nome e minimizar o impacto da crise.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que se há um setor que ficou quase completamente dizimado por esta pandemia foi o setor da cultura, designadamente os espetáculos e todas as atividades adjacentes, como a instalação de infraestruturas, os alojamentos e outras, frisando que é preciso precaver essa situação bem



*Handwritten signature and initials*

como haver uma readaptação a esta realidade. -----

Disse concordar com o cancelamento de alguns eventos efetuado pelo Município, dada a dimensão da pandemia que se vive, mas que, com isso, tais atividades se viram privadas de, inclusive, poder fazer a sua vida quotidiana, pelo que, agora, é preciso encontrar ferramentas que permitam, no próximo ano ou até já nos próximos meses, caso seja possível e a DGS o autorize, ter espetáculos com público. -----

Referiu que o grande problema não se prende somente com a questão do subsídio, mas sim com o facto dos próprios artistas não poderem atuar, pelo que é preciso encontrar formas e espaços para que, progressivamente, possam retomar a sua atividade e, desse modo, essas pessoas voltarem a ter alguma fonte de rendimento para se poderem sustentar. Salientou que, para que tal aconteça, é preciso ter muita agilidade e muita capacidade de organização, para proporcionar que esses espaços, além de atrativos, ofereçam condições de higiene e segurança para acolher espetáculos, para criar receita e para se voltar a ter a atividade cultural em funcionamento. -----

Disse ser verdade que um dos grandes progressos que o Município tem tido, ao nível do desenvolvimento, se prende com a atividade cultural, com a própria evolução de alguns eventos de bandeira realizados no Município, comentando ser evidente para todos que os mesmos têm registado um grande nível de qualidade cultural.-----

Referiu que as restrições decorrentes da pandemia representam um grande desafio e obrigam à tomada de precauções para se poder, novamente, incentivar a criação de agendas para a indústria cultural voltar ao ativo, acrescentando que, nessa medida, subscreve as palavras do membro Filipe Moreira e do Vereador Gil Ferreira com respeito ao atirar dinheiro para cima da indústria cultural porque é toda a sociedade que está a passar por dificuldades e a atravessar momentos dramáticos.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos reforçou que é preciso encontrar formas de voltar a pôr a indústria da cultura a funcionar, bem como todas as indústrias que estão com restrições e que se estão a adaptar à atual realidade, comentando que o alcançar desse objetivo vai depender do contributo que todos possam dar, frisando que o Município de Santa Maria da Feira não é exceção. -----

-----  
Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) para informar que a intervenção de fundo do grupo



*Ma*  
*S. Cirino*  
*7*

municipal do PS, no que respeita a este tema, seria feita pelo membro Henrique Portela, mas que, antes dessa, queria fazer um ponto prévio. Disse ser claro que o setor das atividades culturais foi um dos que sofreu mais impacto com esta situação de pandemia, e que é preciso ter isso em atenção, acrescentando que queria dar os parabéns a muitas associações e empresas culturais do Concelho que conseguiram, de alguma forma, realizar alguma atividade. -----

Referiu que, às vezes, é preciso que as pessoas sejam inovadoras e proativas, fazendo sobressair que, como muitos dos participantes nesta sessão sabem, existe uma companhia de teatro de Santa Maria da Feira que realizou a peça Pedro e Inês – O Amor Proibido, no Castelo de Santa Maria da Feira, com a colaboração da Comissão de Vigilância do Castelo e do próprio Município, comentando que esse evento cultural teve grande sucesso apesar da situação de pandemia. -----

Disse ser da opinião que esta situação pode ser replicada e que a realização dessa peça teatral mostra que é possível fazer alguma coisa, mesmo que não da mesma forma como anteriormente à pandemia, realçando que ficar de braços cruzados não é solução, que é preciso ter alguma capacidade de inovação porque é sempre possível fazer alguma atividade, com a ajuda das entidades públicas e com a colaboração de outras instituições, para que tais associações possam fazer alguma receita. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que as associações culturais não devem ficar de braços cruzados, a depender de terceiros, mas que precisam ser ajudadas para que possam realizar alguma atividade, dando-lhes a cana para que possam pescar. -----

-----  
Interveio, de seguida, o membro *Henrique Portela* (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: ----  
“O Partido Socialista obviamente irá votar a favor desta proposta que visa essencialmente no apoio dos agentes culturais do nosso concelho, ainda que não concordemos com alguns pontos. -----

E também não podemos alinhar com várias das premissas desta proposta. -----

Estamos num momento de alta tensão, um momento que devemos ter a ousadia de fazer mais.

Como em toda a sociedade, os agentes culturais têm de inovar, fazer diferente!-----

E aqui sim, a Câmara municipal também tem que ter a ousadia de apoiar vários dos projetos

---





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

apresentados, como muitas vezes tem feito. -----  
Temos de ter a coincidência que todos os setores da sociedade foram brutalmente atacados por um vírus que é democrático. -----  
A Câmara Municipal não só deve criar mecanismo de ajuda para os agentes da cultura, mas também para todos os setores que foram brutalmente afetados! -----  
Sim, a cultura foi brutalmente afetada, mas não podemos esquecer por exemplo a restauração, os bares, empresas fabris, etc., que lutam todos os dias para manter muitos dos postos de trabalho, não só no presente, mas para o futuro. -----  
Não podemos ir pelo caminho da notícia fácil, nem com drinks final de tarde, temos que ir por um caminho de entreaajuda com todos os setores que saíram fragilizados por este ataque feroz do Covid-19, onde a Câmara Municipal pode e deve ser o árbitro criando plataformas de entendimento.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Eva Costa* (PSD) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“O Nosso concelho tem várias valências importantes nas quais tem vindo a apostar para atrair mais procura e mais desenvolvimento.-----

Uma delas é a área da cultura. Mas, a cultura vai muito para além da área das Artes, do Espetáculo e dos Eventos... -----

Tomemos como exemplo: A Biblioteca Municipal, que é um espaço de referência. Foi a primeira biblioteca pública municipal a disponibilizar, em plena pandemia, acesso à base de dados EBSCO, uma aposta no campo da transição digital, particularmente útil para alunos universitários. Os números refletem o impacto que esta tem. Basta reparar nos visitantes on-line e presenciais que rondam os 300 mil visitantes por ano. Atualmente, esta infraestrutura tem em mãos o projeto: “Leituras em Linha”, uma nova aposta através de uma abordagem educativa e dinâmica às suas exposições. Agora, com novas medidas de apoio à acessibilidade e entradas gratuitas. -----

O Cineteatro António Lamoso, um espaço potenciador da arte e da criatividade. Através da sua programação regular de qualidade, a preços acessíveis, contribui para a junção de públicos diversificados. -----

O Município reconhece e valoriza o papel desenvolvido pelos agentes culturais do concelho,



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

particularmente as nossas associações, criando e ampliando as oportunidades. -----  
Primeiro, através do Programa de Apoio a Projetos Culturais e atualmente através do Novo Programa de Apoio à Cultura.-----  
Sabia (deputado Filipe) que só em 2020, no decorrer da pandemia, o investimento em apoio à Cultura, aumentou 52% face a 2019? Talvez ignore. Mas, todos os apoios foram mantidos, referentes a 2020. Foram mantidos e inclusive, foi antecipada a abertura das candidaturas às medidas de apoio do Novo Programa de Apoio à Cultura. -----  
O Cultur#ACT é um bom exemplo do lema do município: um município que, dá a cana e ensina a pescar... cria condições e valoriza os projetos culturais dos artistas locais. Esta bolsa de contratação de projetos de artistas locais permitiu que 23 agentes culturais, artistas independentes, trabalhassem entre agosto e setembro. -----  
O Município proporcionou e continua a proporcionar momentos culturais de excelência a todas as freguesias do concelho. -----  
Só quem não reside no concelho desconhece que os espetáculos não foram cancelos. Foram sim, todos reagendados. -----  
Santa Maria da Feira é hoje, conhecida nacional e internacionalmente pelos grandes eventos Imaginarius e Viagem Medieval. Mas, a política cultural vai muito mais além dos grandes eventos!-----  
Quero aqui, felicitar o Vereador Gil, pela iniciativa e sensibilidade que teve em convidar todos os partidos políticos que têm assento nesta Assembleia Municipal para participarem em reunião de trabalho para a produção:-----  
Do Novo Programa de Apoio à Cultura, com todos os intervenientes, inteirando-os desta forma, na redação de um documento estruturante da política cultural municipal.-----  
Contudo, é de lamentar que o BE, depois de ter sido contactado, como todos os outros, não tenha dado qualquer resposta ao contacto que lhe foi dirigido. O mesmo, BE, que vem agora acusar de “farsa”.-----  
Depois deste gesto de abertura no qual todos estiveram dispostos a participar e a partilhar as suas propostas, o BE ficou na retaguarda talvez para poder criticar. -----  
Talvez, se tivesse ido à dita reunião, soubesse que o Programa de Apoio a Projetos Culturais, o Programa de Apoio à Cultura e o Cultur#ACT são coisas totalmente diferentes.-----  
É caso para dizer: “Que grande lata!”-----



Feirenses, fica aqui espelhado quem é o Bloco de Esquerda. É um partido que trabalha para a fotografia. É um partido que pretende estar sempre a criticar o nosso edil... Mas, quando é convidado a participar com propostas válidas, recusa. -----

Recusa, não! -----

Nem sequer dá resposta.” -----

-----  
Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: --  
“Muito obrigado por todas as intervenções. Deixar aqui claro que, por norma, quando a realidade tenta ser moldada por alguns intervenientes, depois de assistirmos a este tipo de intervenções um bocadinho até deprimentes, porque ninguém falou em espetáculos cancelados, falamos em eventos cancelados. E isso é óbvio, foi cancelado o Imaginarius e foi cancelada a Viagem Medieval. -----

Portanto, o ponto 7, quando falam que até faz sentido perceber de que forma é que podem minimizar os impactos desses cancelamentos, estão a dar-nos razão. Agora, dizer que nós não conhecemos a realidade e que os espetáculos não foram cancelados, os espetáculos foram cancelados porque os eventos foram cancelados, eu acho que, aqui, não há muita dúvida. -----

Mas, já que continuamos nesta realidade alternativa, é curioso ver que certas práticas continuam bastante presentes no PSD, que é a de criar uma imagem e, depois, fazê-la reproduzir pelos vários deputados municipais, vereadores, etc. Portanto, quando falam em apresentação de propostas, no caso do Programa de Apoio à Cultura, nós, na Assembleia Municipal de junho, apresentámos um documento com uma série de propostas, propostas essas que foram todas rejeitadas pelo PSD. -----

Portanto, se querem falar de entrar no debate, se querem dizer que o verdadeiro rosto do Bloco de Esquerda é fugir às responsabilidades, de apresentar propostas, estamos aqui a entrar em caminhos perigosos e, apenas e só, de autêntica farsa. É necessário ser sério neste debate. - E gostaria, então, de perguntar ao PSD o porquê de ter rejeitado todas as propostas do Bloco de Esquerda em junho, na Assembleia Municipal. É uma pergunta para combater a desonestidade que aqui temos assistido. -----

Em relação à bolsa de contratação que fala o Sr. Vereador, nós, olhando para o site da Câmara Municipal, percebemos que fala em projeto de apoio, e, em outras notícias, que é para minimizar o impacto da pandemia que se lança a Cultur#ACT. Portanto, partimos daqui que

---



isto é uma medida de apoio em resposta à Covid-19, porque se não fosse a Covid-19 ela nem sequer tinha existido. -----

Portanto, é no mínimo estranho que, agora, se tente fazer um autêntico malabarismo de interpretações no que toca à questão do Cultur#ACT. É engraçado falar, no início, de um apoio para minimizar, depois já se falar de bolsas de contratação. Eu tenho dúvidas que, na Câmara Municipal, até se saiba o que é o Cultur#ACT. Gostaria de perceber o que é o Cultur#ACT para a Câmara Municipal, se, em junho, dizia uma coisa, agora diz outra, portanto, gostaria também que me esclarecesse em relação a isso. -----

E a questão do Cultur#ACT ser um apoio, falar também em cachets fixos em 90 a 95%, mas, depois, também, pelos valores que temos observado no Cultur#ACT, esses cachets também parecem ser um bocadinho baixos. -----

E, já na questão do Programa de Apoio à Cultura, que tem uma verba de 50 mil euros, dessas 35 vagas contou com apenas 8 candidaturas, todas elas aprovadas, e perfizeram um total de 20 mil euros no projeto. Portanto, executou-se 40%, sempre na senda das baixas execuções. Esta Câmara já nos habituou a isso também. -----

A questão das rubricas dadas a esses projetos, também nos leva a concluir que isto foi mal realizado, portanto, ou a Câmara não tem um conhecimento real do tecido cultural, e eu conheço várias pessoas que não trabalham aqui na área da cultura, que preferem ir para o Porto, que preferem ir para Coimbra, que preferem ir para Aveiro, onde existem, efetivamente, muitas mais oportunidades. Obviamente, não vou estar aqui a elencar nomes, o senhor Vereador pediu-me 10, quero acreditar que esse pedido tenha sido feito de uma forma inocente. -----

E, na verdade, quando analisámos as rubricas que se anunciam nestas propostas, apenas metade dessas rubricas são executadas. Torna-se evidente que esses valores não são investidos, não fruto da falta de interesse do tecido artístico, mas sim da má gestão e do fraco conhecimento desse espetro no Concelho. -----

Portanto, penso ter respondido às questões e aos ataques, um pouco baixos, diga-se, que foram feitos à proposta do Bloco de Esquerda.” – Fim de citação. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse querer tecer alguns comentários relativamente às intervenções anteriores. Referiu que a intervenção feita pelo membro Sérgio



Cirino foi ponderada e que o mesmo deu um bom exemplo de uma companhia local que fez um magnífico espetáculo no Castelo, a que teve a oportunidade de assistir, acerca da história de Inês de Castro, o qual foi um sucesso e é um bom exemplo de como uma companhia conseguiu, através do bom uso dos recursos locais, fazer um espetáculo alternativo. -----

Salientou que a companhia em questão é, diria, um dos filhos da política cultural do Município ao longo de mais de 20 anos, de todo um investimento notório que foi sendo feito ao longo de vários anos, acrescentando que lhe apraz registar que essa companhia, pelo que leu numa notícia, foi convidada para participar na produção de um filme, na sequência do excelente trabalho que tem vindo a desenvolver em Santa Maria da Feira. Disse que, para além dessa companhia, existem muitos outros bons exemplos no Município, realçando que Santa Maria da Feira não é, hoje, apenas um município onde crescem e se desenvolvem as indústrias criativas, dado que muitas delas se consolidam e passam a vender o seu trabalho também para fora do território. -----

Disse que o exemplo dado é um bom exemplo de que é possível, mesmo nesta situação crítica da pandemia, realizar alguma atividade, mas que não haja ilusões porque há a proibição de ajuntamentos, há a proibição de espetáculos, há regras complicadíssimas que a pandemia obriga a cumprir, pelo que os formatos a que todos estavam habituados estão, obviamente, condicionados, acrescentando que ainda ontem leu que o próprio Carnaval do Rio de Janeiro, ao fim de dezenas de anos, não se vai realizar em 2021. -----

Em relação à intervenção feita pelo membro Henrique Portela disse achar que o mesmo fez a maior crítica que ouviu, nesta sessão, à política cultural do Governo quando criticou a Sra. Ministra da Cultura ao dizer que não é com drinks que se resolve estes problemas. Referiu ser verdade que não é com drinks que se resolve o problema, é mais com a elaboração do Estatuto do Artista, conforme referiu, e muito bem, o Sr. Vereador Gil Ferreira. -----

Concluindo disse, relativamente à intervenção feita pelo membro Pedro Alves, do Bloco de Esquerda, que foi visível e notória a atrapalhação do mesmo face ao esclarecimento prestado, mas que, perante uma realidade alternativa, entende que o Sr. Vereador Gil Ferreira é a pessoa mais indicada para responder a essa intervenção, pelo que lhe passava a palavra para esse efeito. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Vereador Gil Ferreira* que começou por dizer, em relação à



questão da baixa taxa de execução verificada no número de candidaturas à antecipação da Medida 1.1 do novo Programa de Apoio à Cultura, que isso aconteceu, certamente, porque as instituições, na sua grande maioria, já tinham sido beneficiárias de apoios para atividades que não chegaram sequer a realizar, e que foram reagendadas, pelo que não tiveram necessidade, para a prossecução da missão estatutária no campo da atuação na Cultura, de recorrer a esta verba suplementar que excecionalmente o Município disponibilizou. Informou que a verba não chegou a ser executada e que a mesma será, certamente, reafeta a programas e a projetos da Cultura, que será reutilizada mediante as necessidades. -----

Disse que os agentes culturais demonstraram toda uma maturidade, de pessoas humildes e honestas, porque, na realidade, ainda não tendo apresentado os projetos que já foram financiados e, inclusive, pagos em parte, em 60% do valor, entenderam, por prudência, na sua grande maioria, não fazer recurso deste novo envelope financeiro que estava previsto. -----

Referiu, em relação à recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda na sessão realizada por esta Assembleia no passado dia 26 de junho, constituída por 5 pontos, que, sobre o primeiro ponto, a autarquia já havia realizado o procedimento mencionado, informando que a Câmara já tinha garantido o reagendamento de toda a programação ainda antes da lei o permitir e, depois, a 29 de maio, o obrigar. Referiu que, portanto, era notório qual o posicionamento da Câmara em relação ao reagendamento da programação. -----

Disse, sobre o segundo ponto, relativo a questões estruturais de proteção de subsistência dos agentes atuantes do setor cultural, que a Câmara entende que esta é uma competência do Estado social. Salientou que, em todo o caso, esse trabalho foi secundado pelo Município, nomeadamente através da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, procurando primeiro sinalizar e, depois, dar respostas sociais a casos que, efetivamente, nem o próprio Estado conseguiu dar respostas. -----

Sobre o terceiro ponto, em que se recomendava que a autarquia deveria proceder à abertura do Programa de Apoio a Projetos Culturais, esclareceu que essa Programa já estava, nessa altura, extinto, tendo dado lugar ao novo Programa de Apoio à Cultura. Realçou que a Câmara já tinha decidido e apresentado, na sessão desta Assembleia realizada no passado mês de abril, a antecipação das medidas, pelo que isso já estava previsto à data da apresentação da recomendação. -----

Referiu, em relação ao quarto ponto, que propunha o aumento da comparticipação para 100%



*[Handwritten signature]*

no valor dos apoios atribuídos aos projetos que tinham sido candidatos aos programas de apoio do Município, que tal não é possível por regulamento, muito embora, nas medidas excecionais face à Covid-19 que a Câmara submeteu a esta Assembleia, foi permitido quer o reagendamento quer a adaptação dos projetos, incluindo na vertente de conceção artística e na vertente de gestão orçamental dos projetos. Realçou que, portanto, também o proposto no ponto 4 já estava, à data da recomendação, efetivamente em prática, mas por um outro mecanismo que não o da dotação a 100%. -----

Disse que, no quinto ponto, o Bloco de Esquerda recomendava que o executivo deveria proceder ao levantamento dos espaços utilizados pelos artistas para compreender se garantiam condições de segurança, ou não, e que a autarquia pudesse disponibilizar imóveis. Sobre esse ponto disse que, já nessa altura, foi referido que todos os imóveis que o Município dispõe estão ao serviço não só de agentes culturais, sejam artistas independentes, sejam associações, como também ao serviço de agentes que atuam na área do desporto e nas áreas sociais, acrescentando que, de momento, o Município não dispõe de quaisquer espaços para disponibilizar. Reafirmou que se o Município dispusesse de espaços não teria a necessidade de alugar espaços suplementares quando tem necessidades, inclusive, de armazenamento, como é exemplo disso o caso do arquivo municipal. -----

Concluindo a sua intervenção disse serem estes os esclarecimentos que queria prestar em relação às cinco medidas propostas pelo Bloco de Esquerda, na recomendação que apresentou à Assembleia Municipal no dia 26 do último mês de junho. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor da proposta (PS: 12, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), 30 votos contra (PSD) e 4 abstenções (CDS-PP: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), rejeitar a proposta apresentada pelo grupo municipal do BE – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção. -----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----



*Ma*  
*Luís*

“Voto contra, e ainda mais porque considero uma ofensa o Bloco de Esquerda ter agendado este ponto não tendo comparecido à reunião em que a Câmara tentou ter todos os partidos para colaborar. Apareceram todos menos o Bloco de Esquerda. Quer dizer, quem não se dá sequer ao trabalho de participar na discussão, é um insulto estar a agendar este ponto.” -----

-----  
*Sairam os membros Lúcia Fernandes e Nuno Albergaria.* -----

**18 – Medidas municipais para responder à Covid-19 a nível sanitário e social (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa subscrita pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, do grupo municipal do BE, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 10.300, em 16 de setembro de 2020. Fez ainda alusão à proposta que instrui o assunto, que igualmente foi distribuída, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, passando, de seguida, a palavra à deputada municipal Salomé Ventura para que fizesse a apresentação da mesma. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que apresentou e explanou a proposta em referência, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Em março de 2020 o país começava a enfrentar uma dura batalha na luta contra a pandemia. - Os portugueses recolhiam às suas casas, os negócios encerravam, alguns serviços paravam e as escolas fechavam. -----

Passados seis meses, a vida mudou drasticamente e o país enfrenta, neste momento, um crescimento de novos casos um pouco por todo o país. A crise criada pela pandemia não afetou as pessoas apenas ao nível da saúde. A crise pandémica e a falência do sistema económico em vigor arrastou consigo uma vaga de despedimentos, o agravamento da precariedade laboral e a instabilidade financeira das famílias. -----

Os poderes públicos passaram a ser fundamentais para a defesa de cada comunidade, para além do papel insubstituível do SNS na defesa da saúde pública e no combate à expansão do covid-19 no país e em cada território. -----

É, por isso, cada vez maior, a importância do papel das autarquias enquanto agentes de saúde





pública na defesa das populações, da economia e dos modos de vida que caracterizam cada um dos territórios a nível local e regional. -----

O Bloco de Esquerda tem vindo, nos últimos seis meses, a defender ativamente um conjunto de medidas que, lamentavelmente, têm sido recusadas ou ignoradas pelo executivo PSD na câmara municipal, mas que, em nosso entender, permitiriam defender o emprego e os rendimentos das famílias, como prioridade para responder aos efeitos socioeconómicos negativos que se adivinham.-----

A autarquia de Santa Maria da Feira dispõe de meios e conhecimento essenciais na resposta a esta crise. É responsável por serviços públicos fundamentais e de proximidade. Conta com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações e com meios e equipamentos que podem e devem ser direcionados para a resposta à crise que estamos a viver. -----

Deste modo, consideramos que a autarquia de Santa Maria da Feira, dentro das suas competências e âmbito de ação, pode e deve fazer mais e melhor em defesa da população e do seu território.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, delibera:-----

1. Proibição de corte de fornecimento de água a agregados que perderam rendimentos e que se encontrem em situação económica difícil; -----
2. Proibição de aplicação de juros de mora, multas ou penalizações sobre estas prestações;-----
3. Aplicação imediata do tarifário social da água que no concelho pode abranger cerca de 9000 famílias;-----
4. Garantia do direito à habitação, suspendendo rendas e proibindo despejos a quem tenha perdido rendimentos durante a pandemia e que se encontre em situação económica difícil;-----
5. Aumentar a oferta de habitação pública no concelho; -----
6. Reforço dos recursos humanos e materiais nas EB1 e JI do Concelho de forma a possibilitar a aplicação adequada das medidas preventivas indicadas pela DGS; -----
7. Criar um programa de emergência social para o pagamento de despesas inadiáveis e essenciais a agregados familiares que tenham sido duramente atingidos pela crise;-----
8. Acompanhamento dos Lares de Acolhimento de Idosos garantindo o cumprimento das normais de higiene e segurança exigidas pela DGS, sendo que, nos casos onde não possam ser cumpridas, garantir condições para o realojamento dos idosos; -----



9. Colocar recursos à disposição do Serviço Nacional de Saúde, em particular dos cuidados de saúde primários, nomeadamente para reforçar os cuidados domiciliários e a vigilância e acompanhamento constante, a realizar pelos serviços de saúde, das condições existentes nas respostas do setor social no concelho.” -----  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, relativamente à proposta em discussão, disse, quanto à questão da proibição dos cortes de fornecimento de água, que a própria Indaqua tomou essa decisão logo no início de março, mesmo antes do Governo ter transformado em lei essa proibição, pelo que, portanto, essa medida já estará completamente ultrapassada. -----

Sobre o tarifário social da água referiu já ter dito, por mais do que uma vez, que os casos das pessoas que não podem pagar a água são analisados por técnicos da Câmara e, quando se comprove necessário, são ajudadas no pagamento da fatura. Realçou que a tarifa da água já tem uma componente social, dando nota que os primeiros 5 m<sup>3</sup> de consumo de água são pagos a um preço inferior ao custo de aquisição e que, até aos 10 m<sup>3</sup>, já existe um tarifário social para as famílias numerosas. -----

Referiu, em relação à questão da suspensão das rendas na habitação, que a Câmara não pode suspender o pagamento de rendas, salientando que os senhorios têm direito a receber as suas rendas e que, a haver alguém a decidir sobre isso, não é a Câmara porque esta não tem esse poder legislativo. -----

Disse que, no que respeita às habitações sociais do Município, sempre que há uma quebra do rendimento do agregado familiar é feita uma reavaliação da renda. Fez notar que o Bloco de Esquerda está a propor um corte cego das rendas quando há agregados que não tiveram cortes de rendimento, realçando que um pensionista ou um beneficiário do Rendimento Social de Inserção não viu o seu rendimento baixar. Referiu que o cálculo da respetiva renda já é feito de acordo com o rendimento do agregado familiar e que seria extremamente injusto aproveitar a pandemia para aumentar o rendimento das pessoas que não tiveram quebra de rendimento, frisando que a atenção deve recair nas pessoas que, efetivamente, tiveram cortes de rendimento. -----

Salientou, sobre a oferta de habitação pública no Concelho, que a Câmara está a desenvolver a estratégia municipal de habitação, que poderá passar pela oferta de alguma habitação, dando

---



nota que essa estratégia será oportunamente apresentada. -----

Sobre o ponto relativo ao reforço dos recursos humanos e materiais nas EB1 e JI do Concelho, disse que a Câmara está a fazê-lo e que até está a decorrer um concurso para a admissão de mais 25 assistentes operacionais, dando ainda nota que têm sido contratadas algumas pessoas para períodos curtos de trabalho nas escolas, para os períodos do acolhimento e dos prolongamentos dos horários. -----

Sobre o acompanhamento dos lares de idosos frisou que a Câmara fez, e continua a fazer, muito mais do que o acompanhamento, dizendo considerar que o Município tem sido, desde o início da pandemia, exemplar nesse aspeto. -----

Informou, nesse âmbito, que o Município foi dos primeiros a ter linhas telefónicas de apoio às pessoas que estavam em casa, para, por exemplo, lhes ir entregar medicamentos e alimentos, num trabalho conjunto com os Fóruns Sociais de Freguesia. -----

Deu nota que também foram criadas duas linhas de apoio social, uma das quais vocacionada para a questão da violência doméstica, salientando que num período de confinamento os conflitos familiares e de violência doméstica acentuam-se pelo que a criação dessa linha, através do Espaço Trevo, foi muito importante. -----

Disse que foi criado o projeto Farol precisamente porque os idosos passaram a estar confinados em casa e começaram a ter alguns problemas psicológicos, de abandono e até de medo, pelo que foi feita uma realocação de recursos, nomeadamente dos professores afetos ao Programa Movimento e Bem-Estar e de outros técnicos que estavam afetos a outras atividades, para telefonarem a todas as pessoas de idade e lhes perguntar se estavam bem, se precisavam de alguma coisa, dando-lhes 15, 20, 30 minutos de carinho e interagindo com elas, frisando que o Município de Santa Maria da Feira foi pioneiro nesse trabalho. -----

Referiu que o Município foi o primeiro a criar uma creche, que não tinha de criar, para os profissionais de saúde deixarem os filhos quando estavam a trabalhar, bem como foi pioneiro a disponibilizar dormida para os profissionais de saúde que não podiam ir para casa, informando que vários desses profissionais ficaram instalados nos hotéis localizados no Concelho. -----

Disse que Santa Maria da Feira foi o primeiro município a incentivar a confeção de máscaras individuais, tendo levado uma empresa do Concelho a produzir batas impermeáveis para equipar os profissionais de saúde e dos lares, no combate à Covid-19, dizendo que essa

---



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

empresa ainda está a produzir esses equipamentos.-----

Deu nota que foi o Município que assegurou o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a todas as entidades que não os tinham, salientando que, muitas vezes, o próprio Município não os tinha pelo que se andou a pedir às empresas de pintura, por exemplo, tais materiais, para possibilitar que os profissionais de saúde estivessem sempre devidamente protegidos. Disse que o Município foi gerindo o stock que tinha desse equipamento, dando nota que, hoje, esse stock está mais reforçado.-----

Frisou que também foram oferecidos 6 ventiladores ao Hospital S. Sebastião.-----

Disse que foi o Município de Santa Maria da Feira o primeiro a fazer testes a todos os utentes dos lares de idosos e a todos os funcionários desses lares, assim como foi o primeiro a ir, a cada um desses lares, fazer uma gestão do espaço de maneira a que, se aparecesse uma situação de infeção, se pudesse isolar os infetados dos não infetados.-----

Referiu que foi criada uma plataforma de atendimento às empresas, através da Bizfeira, com cinco técnicos, para lhes explicar quais as medidas que tinham ao seu dispor, como o lay-off e outras.-----

Informou que o Município também promoveu a realização de vários webinars dirigidos às empresas, com alguns dos melhores especialistas do País, onde se explicava como podiam fazer os seus planos de contingência no regresso ao trabalho e no regresso às atividades normais, dando nota que foram feitos webinars para as empresas do setor metalúrgico, do setor do calçado, do setor da restauração, entre outros.-----

Realçou que também foi disponibilizado, no Município, um serviço diário de informação de restaurantes em funcionamento para que os camionistas que andaram a fazer entregas pudessem saber onde podiam almoçar e jantar, dado que os restaurantes estavam fechados, tendo sido lançado um desafio a um conjunto de restaurantes para que pudessem servir esses camionistas.-----

Disse que estiveram dois carros na rua, em permanência, a informar as pessoas, que foram mantidos todos os programas de apoio e que a Biblioteca Municipal foi colocada em formato takeaway.-----

Salientou que, nas escolas, quando os alunos foram para casa e tiveram de ter aulas pela internet, o Município forneceu a internet gratuita a todos os que não a tinham em casa, assim como pediu e comprou computadores para que todos os alunos pudessem ter aulas em casa. ---



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Sublinhou que foram feitos planos de contingência para todo o Grupo Municipal.-----  
Referiu que o Município continua a fornecer equipamentos de proteção individual a todos os profissionais de saúde, assim como aos bombeiros, os quais, numa fase inicial, não os tinham. Disse que o Município criou o primeiro centro de testes à Covid da região, no Europarque, assim como reforçou essa resposta, com a criação de um segundo centro de testes em Fiães. ---  
Salientou que foi feito o primeiro centro de rastreio ao Covid, em Rio Meão, informando que o mesmo vai mudar, agora, para Santa Maria de Lamas. -----  
Disse achar que o Município de Santa Maria da Feira também foi pioneiro a fazer um centro de acolhimento de doentes com Covid, instalado na Casa Ozanam, comentando que esse trabalho foi de grande exigência pois, em pouco mais de um mês, foi ali montada uma verdadeira unidade de cuidados continuados, num momento em que o Hospital S. Sebastião pedia, todos os dias, para retirar de lá alguns doentes porque precisavam de libertar camas, dado que tinha ultrapassado, em muito, a sua capacidade de internamento. -----  
Informou que o Município criou uma linha de informação à saúde, forneceu 15 telemóveis ao ACES Feira/Arouca, porque este não os tinha, bem como forneceu viaturas para as deslocações.-----  
Sobre o apoio aos negócios recordou que o Município permitiu a utilização do espaço público para esplanadas sem o respetivo pagamento, para permitir a reabertura de muitos desses estabelecimentos e lhes permitir ter alguma possibilidade de continuar a funcionar.-----  
Frisou que o Município está a dar apoio a todas as entidades que lhe pedem para elaborar os seus planos de contingência, que está a dar apoio a todas as IPSS na elaboração dos planos de contingência das mesmas, que está a fazer visitas conjuntas aos lares de idosos, com os técnicos de saúde e com os técnicos da proteção civil, para analisar se há algum aspeto a corrigir, realçando que o Município continua disponível para fornecer apoio a todos os que o solicitem. -----  
Informou que estão a ser feitas reuniões semanais com os diretores dos agrupamentos de escolas para corrigir eventuais situações, bem como estão a ser feitas reuniões, também todas as semanas, com um grupo especial constituído por técnicos da Câmara, da saúde, da proteção civil, das forças de segurança e de outras entidades, para serem analisadas as situações e estudadas as respostas a dar.-----  
Disse achar que fazer mais do que aquilo que o Município tem feito, é impossível, mas que o



Executivo Permanente está sempre disposto e aberto a novas sugestões, e a boas sugestões, mas que não vê na proposta do Bloco de Esquerda nada que o Município já não tenha feito e multiplicado exponencialmente. -----

Salientou que, ainda assim, achou muito interessante a proposta do Bloco de Esquerda porque a mesma é um elogio não apenas ao presidente da Câmara, como também aos profissionais de saúde, aos profissionais do hospital, dos centros de saúde, da proteção civil, dos bombeiros, dos lares, aos porteiros, aos trabalhadores de limpeza, ou seja, a todos aqueles que estiveram e que estão nesta luta, com coragem e com determinação e, alguns, já esgotados porque fazem turnos de 16, 18 e até de 24 horas, dizendo considerar que a pandemia foi uma excelente oportunidade para todos perceberem o extraordinário esforço que têm feito todas essas pessoas, que disse estarem de parabéns. -----

O Sr. Presidente da Câmara reafirmou que a proposta do Bloco de Esquerda não acrescenta nada, com a exceção de dizer que não se deve pagar água nem pagar renda, mas que tal não é possível porque, caso se fosse a alinhar nessas propostas cegas, a economia deixava de funcionar. Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que, caso se deixasse de pagar a água, o funcionário da empresa da água deixava de receber o seu salário, e, caso se deixasse de pagar a renda, quem fez o investimento na habitação e tem de a manter também deixava de ter o seu rendimento, realçando que isto é a negação do modelo de sociedade que Portugal tem, frisando que, na sua opinião, quando alguém tem uma responsabilidade, tem de a cumprir e respeitar.-----

-----  
Interveio, de seguida, o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que compreende que tudo o que se fizer pela sociedade poderá ser pouco, salientando que a certeza que tem é que as dificuldades que se estão a viver têm de ser partilhadas por todos, e, num trabalho entre todos, têm de ser encontradas soluções para minimizar essas mesmas dificuldades. -----

Referiu que é preciso ver quem realmente perde rendimentos porque, goste-se ou não se goste, as prestações sociais foram mantidas, os instrumentos sociais de apoio às pessoas com mais dificuldades não foram suprimidos, mas que continua a haver muita gente que, não recebendo tais apoios nem se podendo socorrer dos mesmos, estão, neste momento, a sentir grandes carências. -----

---



*Handwritten signature and initials*

Concluindo a sua intervenção disse lamentar que o Bloco de Esquerda esteja a fazer demagogia com essa situação, reafirmando que é preciso que todos se readaptem porque o que se aproxima, derivado da pandemia, não é fácil, focando que se está a enfrentar uma crise como nunca antes se havia enfrentado, e que ainda não se vê solução para a mesma.-----

Interveio o membro **Henrique Portela** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“As medidas e as boas ideias para o combate a esta pandemia são importantes, muitas vezes uma simples ideia poderá mudar radicalmente a vida das pessoas.-----

Estas medidas apresentadas pelo BE, claro que terá o apoio da bancada do partido socialista. --  
Lembro que o PS no concelho de Santa Maria da Feira, tem estado em colaboração com ideias e propostas exequíveis para que o impacto da pandemia na sociedade feirense seja minimizado, estando na antecipação da própria Câmara Municipal, onde esta tem recorrido em algumas das medidas. -----

Mas o PS iria mais longe na aplicação dessas medidas! -----

Tais medidas possibilitarão a prevenção e a redução do contágio pelo vírus Covid-19. -----

A Câmara Municipal deverá imediatamente proceder à implementação de um conjunto de regras comportamentais e de medidas extraordinárias que privilegiem a prontidão na resposta da população do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Queremos dar os parabéns àquelas juntas de freguesias que oferecem, e sabemos que é muito custoso para os orçamentos, às escolas e IPSS tapetes de desinfestação, termómetros, material de sinalização, álcool gel, etc. -----

São vários os setores que temos a obrigação de estar atentos, na Saúde, Segurança, no Setor Social, na Educação, na Cultura, no Desporto, no Ambiente, nos transportes públicos (ou falta deles), na Proteção Civil, etc., e o Partido Socialista no concelho de Santa Maria da Feira, não tem esquecido, mostrado em várias situações que está atento!-----

Não podemos esquecer que existe uma necessidade básica que ainda falta em muitos locais do nosso concelho, ao contrário do que a Câmara Municipal apregoa, o saneamento básico que é essencial para todos! Como por exemplo em Sanguedo que falta 27% nas residências da freguesia. -----

E Sr. Presidente, este assunto já deveria ser tratado nem que não seja com um drink final de



tarde. -----  
Mais uma vez, esperamos que estas propostas sejam aprovadas por todas as bancadas nesta assembleia, para todos juntos ajudarmos a minimizar o impacto da Covid-19 no nosso concelho. -----

O que importa mesmo é que as medidas sejam aplicadas para que o impacto seja menor para todas as famílias, é este o maior sentido da política.” -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Eu já tinha uma ideia de que esta proposta do partido populista que temos nesta Assembleia Municipal, o Bloco de Esquerda, era para show-off, e claramente percebi que era para show-off quando a deputada Salomé termina a intervenção dizendo que sabe que a Câmara Municipal não pode executar algumas destas medidas. Porque o que o Bloco de Esquerda devia estar a fazer era a reivindicar, no Parlamento, que o Governo assuma muitas das suas competências, que têm vindo a ser assumidas, como o presidente Emídio já referiu, pelo poder autárquico. E protege-o das falhas que este tem cometido. -----

Se calhar, é por isso que o deputado Moisés também tem andado um bocadinho desaparecido aqui da Assembleia Municipal. -----

É verdade que há sempre falhas neste processo porque ninguém estava preparado para esta crise pandémica, e que existem medidas que carecem de melhoria ou que poderão não ter sido implementadas. -----

Mas, o que o Bloco de Esquerda hoje aqui apresenta ou não é exequível ou já se está a fazer. Aliás, aproveito este momento para congratular a Câmara Municipal pelo trabalho que tem desenvolvido em resposta a esta crise pandémica, em particular no âmbito do apoio socioeconómico a famílias mais carenciadas do Concelho. Apoio esse que é pautado pela permanente articulação e complementaridade entre as entidades da rede social concelhia, nomeadamente o Município, as Juntas de Freguesia, a Segurança Social, as IPSS, entre outras que integram os Fóruns Sociais de freguesia e das uniões de freguesias, tendo presente uma intervenção integrada e multidimensional. Eu sei que o Bloco de Esquerda não gosta que existam parceiros sociais, só gosta do Estado Leviatão, mas a Câmara Municipal tem adotado, e bem, esta estratégia. -----

Eu gostaria de destacar os seguintes apoios sociais, o Presidente já referiu vários, mas eu





gostaria de enaltecer mais alguns, e alguns que o Presidente já referiu, alguns apoios sociais prestados no âmbito da rede social concelhia. -----

O Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos; os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social, que prestam apoio financeiro e/ou em géneros de proximidade a famílias em dificuldades socioeconómicas; a Rede de Restaurantes Solidários; o Mercado da Solidariedade, que é uma reposta de apoio alimentar. Para além disso, há respostas de apoio alimentar de emergência desenvolvidas pelos Fóruns Sociais de Freguesia, o Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas, que é um programa operacional de ajuda alimentar cujos destinatários são indivíduos e/ou famílias que se encontram em situação de carência económica. -----

Até dia 6/6, a existência de Linha de Apoio Social, dirigida a quem está isolado ou em situações de vulnerabilidade, nomeadamente idosos, pessoas com doenças crónicas ou deficiência, sem retaguarda familiar e que necessita de apoio para o fornecimento de refeições, bens alimentares, medicamentos ou outros bens e serviços de primeira necessidade. Também a Linha de Apoio Psicológico, até 6/6, que dirigia-se a quem vivia sozinho, que se sentia isolado, angustiado, confuso e precisava de conversar com alguém. -----

O Projeto FAROL, já referido, que é uma medida que assenta no trabalho dos professores do Programa Movimento e Bem-Estar, e no voluntariado, e que continua a estabelecer contactos regulares bissemanais com os seniores participantes dos programas, identificando necessidades de apoio social e/ou psicológico. -----

E, para além disso, a disponibilização da verba do orçamento para as Juntas de Freguesia, aquela verba que estaria alocada a eventos culturais, para apoio social. -----

A par destas iniciativas destacam-se ainda outras iniciativas promovidas pelos Fóruns Sociais de Freguesia como, por exemplo, o desenvolvimento de respostas de proximidade nos seus territórios no apoio a pessoas isoladas sem retaguarda familiar ou institucional, nomeadamente idosos ou pertencentes a grupos de risco, na satisfação das suas necessidades básicas. -----

Aliás, aproveito este momento para, em nome do grupo municipal do PSD, congratular as Juntas de Freguesia, as IPSS, e respetivos trabalhadores nas áreas da saúde e do apoio social deste Concelho, pelo trabalho que têm realizado em termos de apoio social durante esta crise. -  
Antes de fazer uma pequena análise, ponto por ponto, à proposta do Bloco, eu queria deixar



*[Handwritten signature]*

uma nota prévia. -----

O Bloco de Esquerda não pode fazer parar a economia, nem pode achar que parando todo o tipo de pagamentos ou condicionando, como, por exemplo, advoga nos cartazes agora, as empresas a não despedir ninguém porque tiveram lucro, isso vai gerar mais rendimento. Eu vou dizer algo óbvio, mas acho que as pessoas do Bloco de Esquerda não conseguem perceber isto. Quem gera emprego são as empresas, que têm de lucrar para gerar emprego. Portanto, o que o Bloco de Esquerda tem de perceber é que ao condicionar pagamentos e ao não deixar as empresas adaptarem-se às condições de mercado atuais, só porque tiveram lucro, ou seja, neste caso, por algo positivo, são penalizadas. Poderiam ter, até, de encerrar porque não conseguem suportar uma determinada estrutura. O que é que isto vai fazer? Estas condicionantes? Vai gerar menos emprego e menos rendimento, e isto é um dos problemas que esta proposta do Bloco encerra. -----

Relativamente aos pontos, alguns já foram bem esclarecidos pelo Presidente. -----

O ponto 1 a 3 é um assunto que, para além do mais, é da Indaqua. Além disso, um dos pontos referidos, a Indaqua já, por exemplo, permite pagamentos das faturas em prestações sem juros, as que foram emitidas durante o estado de emergência. E para saberem esta informação faziam como eu, iam ao site da Indaqua e, portanto, obtinham a informação de forma muito breve. O que eu sei é que, às vezes, é mais fácil e eleitoralmente benéfico ser populista e apresentar este tipo de medidas. -----

Para além disso, como já mencionei, a Câmara Municipal e os parceiros sociais também prestam auxílio junto das famílias que tiveram, e têm, dificuldades em termos de pagamento de água, luz, entre outros. -----

O ponto 4, nem se percebe muito bem se é a habitação social ou se é a habitação em geral. Se é a habitação em geral, tem de ser o Governo a resolver, portanto, nem é para aqui chamado. Se é para habitação social, o Presidente já respondeu, e bem, que tem de ser analisado casuisticamente e com base nos rendimentos e na quebra de rendimentos. -----

O ponto 5, o Presidente já respondeu, não há muito mais a acrescentar. -----

O ponto 6, o reforço do material já foi feito, nomeadamente com máscaras, álcool gel, tapetes, sinaléticas, o reforço dos recursos humanos está a ser feito e está a seguir os trâmites legais, aliás, na última reunião da Câmara foram aprovados mais 25 auxiliares. -----

O ponto 7, do apoio social, acho que já consegui responder apresentando a panóplia de apoios



que a Câmara Municipal tem prestado. -----

O acompanhamento às IPSS está a ser efetuado pela Proteção Civil, pela Saúde Pública e pela Segurança Social. -----

O ponto 9, mesmo para terminar, é o ponto mais caricato de toda esta proposta. O Bloco de Esquerda pede a colocação de recursos à disposição do Serviço Nacional de Saúde. Ora bem, primeiro o Bloco de Esquerda admite falhas no SNS, mas, depois, apoia o Governo para que cause estas falhas no SNS e, em vez de pedir que estas falhas sejam colmatadas pelo Governo, pede que sejam pela autarquia. Ao que a hipocrisia chega. -----

Apesar disto, a Câmara Municipal tem tido alguma colaboração com o SNS, no que diz respeito a pessoal administrativo, já que a Câmara Municipal não tem pessoal especializado, nomeadamente médicos e enfermeiros, se bem que até já o fez, contratando este pessoal aquando da instalação do Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescença, na Casa Ozanam. -----

Só dar esta nota final, relativamente ao que o deputado Henrique disse, do PS. Disse que o PS, às vezes, se antecipa à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. O problema é que não se conseguiu antecipar nas propostas que apresentou recentemente à Câmara Municipal de Leiria, porque a proposta que o PS apresentou, não é totalmente, mas é quase *ipsis verbis* a proposta da Câmara Municipal de Leiria. -----

Em conclusão, estas medidas são mais uma forma do Bloco de Esquerda se mostrar, e mostra-se na sua faceta populista, ora pedindo à Câmara Municipal que faça o que é da responsabilidade do Governo Central que apoia, ora pedindo o que não é exequível, ora pedindo o que já é feito.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse querer fazer uma breve referência porque considera ser uma situação muito grave, dizendo que a Indaqua nunca cortou tanto a água como agora, e que é preciso que todos tenham consciência disto. -----

Disse não se tratar de uma luta político-partidária nem de uma luta contra a Indaqua, mas sim de uma luta a favor do direito das pessoas terem água potável em casa, que é essencial para a higienização das mãos, acrescentando que, numa altura como a que se atravessa, de pandemia, há que tomar medidas. -----

Concluindo a sua intervenção disse, quanto à afirmação que ouviu de que é possível pagar a

---



*Handwritten signature and initials*

fatura da água em prestações, que o mal é quando as pessoas não têm dinheiro para pagar em prestações e ficam sem água, sem apelo nem agravo. -----

Interveio o membro *Valdemar Silva* (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Eu não era para intervir, mas tinha de falar mesmo se não rebento. Queria dizer a todo este fórum, a toda a gente que ouve, que estou completamente entupido com todo este expressar do senhor Seixas.-----

O que ele disse aqui não tem qualquer tipo de conteúdo, porque se nós fomos eleitos pelos cidadãos, se nós estamos a exercer cargos políticos, nem a Câmara Municipal nem as Juntas de Freguesia fazem mais do que o seu dever em estar ao lado das populações, pois se as freguesias vão buscar medicamentos para um idoso que está carenciado, é o seu dever, é obrigado a fazê-lo. Todos esses apoios que a gente faz, não fazemos nada mais do que é a nossa obrigação.-----

Há políticos que são profissionais da política, e até são bem pagos e remunerados para isso, mas há presidentes de Junta que não ganham um cêntimo, como é o meu caso. E eu sou pago, e muito bem pago, com as atitudes sociais que eu faço à minha freguesia.-----

Por isso, queria que ficasse aqui completamente claro que nem todos vivem da política, há muita gente que se alimenta dos atos solidários e sociais que faz perante os seus fregueses, ou os seus colegas, os seus cidadãos, os seus seres humanos, como lhes queiram chamar.-----

E queria dizer que estou extremamente preocupado se, um dia, bate à porta de Sanguedo o Covid-19. Porquê? Porque eu vou atribuir esta responsabilidade, se por acaso isso acontecer, nomeadamente na zona do Sisto, à Câmara Municipal porque a Câmara Municipal está há 7 anos a fazer ouvidos moucos a um caso extremamente grave de saúde pública, onde nós temos concentradas cerca de 80 seres humanos de etnia cigana, no complexo da Baralha, onde está diariamente, diariamente, o saneamento a brotar pela rua abaixo. O que está não só a prejudicar esses indivíduos de etnia cigana, como a mais uma dúzia de famílias, que pagam os seus impostos, que levam com todos esses dejetos em cima, onde nem sequer podem entrar com os seus carros para dentro das casas porque o que levam nas rodas dos carros, e as pessoas a caminhar andam lá a saltar, para não levar estes dejetos para casa. É um cheiro nauseabundo permanentemente.-----



Eu sei que a Câmara, de vez em quando, manda lá uma cisterna tirar, mas não tem de mandar de vez em quando, uma cisterna por semana, aquilo é preciso três e quatro por semana. -----  
Este problema ando a debatê-lo há 7 anos, constantemente. Eu sei que a Câmara diz que é preciso fazer uma central elevatória, pronto, que se faça o que se tiver de fazer. -----  
Nós já fomos prejudicados numa fase inicial, em que 27% da população de Sanguedo está privada de ter esse bem que é o saneamento, e que é um bem primário. É um pecado de saúde pública. E, agora, ainda temos esta situação, que toda a gente faz ouvidos moucos, e um dia o telhado vem abaixo e, depois, não me venham dizer que a Junta de Freguesia nada fez para salvaguardar isto. -----

Tenho dito. Desculpem lá este desabafo, mas eu tinha de o fazer.” – Fim de citação. -----

O membro *Carlos Seixas* (PSD) pediu o uso da palavra, por ter sido visado na intervenção anterior, o que lhe foi concedido. Disse não ter percebido a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo até porque, na sua intervenção inicial, deu os parabéns às Juntas de Freguesia e às IPSS pelo trabalho que realizam. -----

Questionou se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo se sentiu visado por lhe ter dado os parabéns, se preferia que tivesse dito que ele tinha feito um mau trabalho. -----

Concluiu dizendo que não percebeu o motivo de ter sido visado. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu para usar da palavra, começando por dizer que queria dar uma breve nota porque a intervenção efetuada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, apesar de não se inserir no âmbito do ponto da ordem de trabalhos em discussão, podia lançar alguma confusão. -----

Referiu que, em primeiro lugar, a freguesia de Sanguedo, que muito preza e estima, é uma freguesia com rede de saneamento feita, dizendo que não se acredita que tenha 27% das casas sem o serviço de saneamento à porta. Informou que, contudo, a Câmara está precisamente a elaborar um projeto para suprir essas situações. -----

Disse também querer lembrar que muitas pessoas construíram casas em sítios onde não deviam ter construído e, hoje, exigem à Câmara que, através dos impostos de todos os feirenses, vá levar a rede de água, a rede de saneamento, a rede de eletricidade, a sítios onde tinha de ser o loteador a fazê-las. Reafirmou que, mesmo assim, a Câmara, através da sua



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Divisão de Saneamento, está a fazer o projeto para se fazer o prolongamento da rede de saneamento. -----

Salientou que, relativamente ao acampamento da Baralha, onde o limpa-fossas vai uma vez por semana esvaziar as fossas, a Câmara já deu ordens para aumentar essa frequência. Deu nota que essa é uma situação difícil de gerir, estando-se a falar de uma construção de habitações num sítio onde não estava previsto ter rede de saneamento, explicando que, tecnicamente, é uma situação extremamente complexa de resolver porque tem de levar um sistema de bombagem, dado não haver cota para conduzir os esgotos pela gravidade. Informou que a Divisão de Saneamento da Câmara está já a fazer este projeto, mas que, enquanto não houver outra alternativa, vai ser aumentada a frequência do limpa-fossas, comentando que já falou com o Vereador Vítor Marques, enquanto responsável pela área do Ambiente, a esse respeito. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que a situação do acampamento da Baralha não é algo a que a Câmara esteja alheia, realçando que se houver ali uma situação de doença, ou em qualquer outro sítio, obviamente que a responsabilidade é das autoridades de Saúde.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Salomé Ventura** (BE), a qual começou por dizer que gostaria, no seguimento do afirmado pelo membro Carlos Seixas, clarificar que ela não disse, em nenhum momento, que o BE estava a propor medidas que a Câmara não podia executar, realçando que tal não faria sentido. Disse que aquilo que o Bloco afirma é que a Câmara, obviamente, tem feito um trabalho na resposta à crise trazida pela pandemia, mas que pode fazer mais, reforçando que as medidas propostas pelo Bloco são medidas no âmbito das competências municipais, pois só assim faz sentido. -----

Referiu, a respeito do proferido pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a questão da água, que, como já mencionado pelo membro Sérgio Cirino, os cortes continuam a acontecer, comentando que, ainda que não estivessem a acontecer, a proibição da aplicação de juros de mora não está, de todo, a ser aplicada. Disse que, ainda a propósito da água, importa sempre referir que o concelho de Santa Maria da Feira tem uma das tarifas de água mais altas do País, pelo que não vai estar a tapar o sol com a peneira.-----

Salientou, em relação ao ponto n.º 3 da proposta, relativa à aplicação imediata da tarifa social



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

da água, que tal aplicação seria da inteira responsabilidade do Município, dizendo que, na última sessão realizada por esta Assembleia, em junho passado, o Bloco trouxe esta proposta à Assembleia, a qual foi chumbada com os votos contra do PSD. Realçou que, portanto, tal medida já poderia estar em vigor e já estaria a abranger muitas famílias, comentando que a mesma seria uma grande ajuda para todas essas famílias, que pagam uma das taxas de água mais altas do País.-----

Em relação à questão do direito à habitação disse não entender onde é que essa questão não é da competência do Município, pois obviamente que é, realçando que o Município tem toda a responsabilidade na questão da oferta pública de habitação no Concelho.-----

Concluindo a sua intervenção reafirmou que, em nenhum momento, o Bloco referiu que o Município não está a tomar medidas em resposta à crise da pandemia, pois obviamente que está e mal seria se não estivesse, mas que entende que pode ser feito mais e melhor e que foi nesse sentido que trouxe a esta Assembleia, novamente, as propostas que estão em discussão, frisando que todas elas são no âmbito das competências do Município.-----

-----  
Interveio o membro **Pedro Ferreira Alves** (BE) que começou por agradecer as intervenções efetuadas sobre este ponto.-----

Referiu, em relação à intervenção feita pelo membro Carlos Seixas, que o mesmo fez uma série de mentiras e de acusações que demonstram que a deriva populista existe do lado do PSD, salientando ser completamente mentira a afirmação de que o BE traz para esta Assembleia Municipal uma série de propostas que não as apresenta a nível nacional, no Parlamento, dizendo que basta fazer uma pequena pesquisa para perceber que isso é mentira.-- Realçou que o BE não só apresentou propostas como tem 20 propostas, em várias áreas, nomeadamente na saúde, na proteção dos grupos de risco, no trabalho, na economia, no emprego, a quem perdeu rendimentos, na proteção da comunidade, pelo que considera inacreditável que se consiga dizer que o BE não apresentou rigorosamente nada e que, depois, veio para esta Assembleia apresentar propostas que a Câmara já cumpriu ou que não fazem nenhum sentido.-----

Disse que o membro Carlos Seixas afirmou que as propostas do BE não fazem nenhum sentido porque as empresas criam emprego, e que afirmou isso de uma forma um pouco estranha, como se o BE não o soubesse, comentando, no âmbito dessa matéria, que também

---



existiram empresas que lucraram com o lay-off e que despediram trabalhadores, e que todos os dias saem notícias sobre abusos em contexto laboral por parte das mesmas empresas que receberam apoios. -----

Sobre a afirmação de que o SNS está em rotura, referiu que está em rotura, mas não fechou portas, salientando que aquilo que merece o SNS é, principalmente depois de 41 anos ao serviço da população, mais propostas e mais reforço porque quem fechou portas durante a resposta à pandemia foi a saúde privada, mas que não ouviu uma única palavra acerca disso. -- Disse não faltarem medidas ao BE, como quem foi recrutado a nível temporário ser contratado efetivamente para o SNS, para responder à pandemia e para responder àquilo que ainda vem; o acesso ao teletrabalho para portadores de doença crónica; a disponibilização de máscaras por parte das empresas; a proibição de despedimentos a quem lucrou durante o período pandémico, durante o pico da pandemia; a reintegração de trabalhadores despedidos por causa da crise; a proibição de cortes de bens essenciais, frisando que o BE já apresentou tais medidas a nível nacional. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Pedro Alves disse que, ainda assim, ouviu ser feito, nesta Assembleia, um discurso ensaiado a dizer que o Bloco é um partido populista e que só aparece para dar propostas que não interessam a ninguém, e que, acerca disso, o que tem a dizer é que essas propostas parecem interessar muito à população, que não parecem é interessar ao PSD em Santa Maria da Feira. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra, o que lhe foi concedido, o qual disse querer apenas dar uma nota que lhe tinha passado na sua intervenção anterior. -----

Referiu apenas querer dizer que achou de muito mau gosto e de mau tom a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo quando o mesmo disse que uma eventual situação de contaminação com Covid-19 naquela freguesia resulta de uma fossa que extravasou na última semana no acampamento. Disse que essa afirmação é má, é feia e que não é verdade. -----

Disse que Sanguedo, como todas as outras freguesias do Concelho, tem os seus casos positivos de Covid-19, que estão a acontecer nos últimos dias, mas que os mesmos não resultam de uma fossa, no acampamento da Baralha, estar a extravasar. -----

Concluindo, disse não admitir ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo que faça





este tipo de afirmações. -----  
-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor da proposta (PS: 11, BE: 2, CDU: 1), 31 votos contra (PSD: 29, CDS-PP: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios) e 3 abstenções (IND: 1, PS: 2 – Valdemar Silva e Francisco Andrade), rejeitar a proposta apresentada pelo grupo municipal do BE – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.  
-----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----  
-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 19 horas e 10 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,